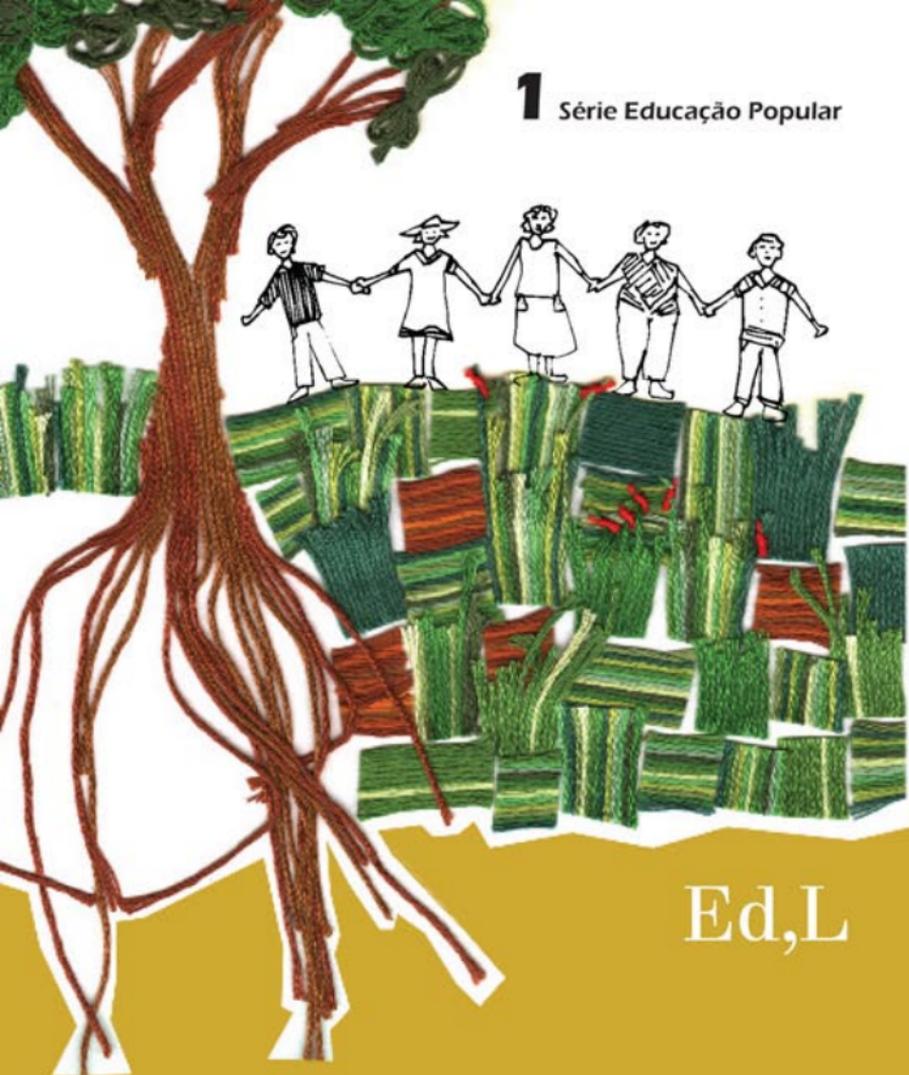


1 Série Educação Popular



Ed,L

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA

Moacir Gadotti

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PRÁXIS PEDAGÓGICA

Moacir Gadotti

Ed,L

Editora e Livraria
Instituto
Paulo Freire

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PRÁXIS PEDAGÓGICA

Moacir Gadotti

São Paulo, 2009

Editora e Livraria Instituto Paulo Freire
Rua Cerro Corá, 550 | lj. 01 | 05061-100
São Paulo | SP | Brasil
T: 11 3021 1168
editora@paulofreire.org | livraria@paulofreire.org
www.paulofreire.org

Ed,L

Editora e Livraria
Instituto
Paulo Freire

Instituto Paulo Freire

Moacir Gadotti	Presidente do Conselho Deliberativo
Alexandre Munck	Diretor Administrativo-Financeiro
Ângela Antunes	Diretora Pedagógica
Paulo Roberto Padilha	Diretor de Desenvolvimento Institucional
Salete Valesan Camba	Diretora de Relações Institucionais
Raiane P. S. Assumpção	Coordenadora de Educação Popular
Janaina Abreu	Coordenadora Editorial
Lina Rosa	Preparadora de Textos
Maurício Ayer	Revisor
Kollontai Diniz	Capa, projeto gráfico, diagramação e arte-final
Brasilgrafia Gráfica e Editora	Impressão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gadotti, Moacir
Economia solidária como práxis pedagógica / Moacir Gadotti.
– São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. –
(Educação popular)

Bibliografia.
ISBN: 978-85-61910-26-6

1. Desenvolvimento sustentável 2. Economia
3. Educação - Filosofia 4. Educação - Finalidades e
objetivos 5. Educação popular 6. Solidariedade
7. Valores sociais I. Título. II. Série.

09-00191

CDD-370.115

Índices para catálogo sistemático:

1. Economia solidária como prática pedagógica:
Educação 370.115

Copyright 2009 © Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

A economia solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando-a. Mas seus valores fundamentais precedem sua prática.

Paul Singer (2005, p. 19).

Agradeço a leitura atenta e as contribuições de
Luana Vilutis e Huberlan Rodrigues

Sumário

Prefácio – Paul Singer	09
Economia solidária e desenvolvimento sustentável	17
Educar para a cooperação	31
Qualificação socioprofissional e sistematização	47
Redes de economia solidária	69
Papel das organizações da sociedade civil	83
Desafios atuais da economia solidária	101
Uma economia para o bem viver	113
Bibliografia	125

Prefácio

Economia Solidária como Práxis Pedagógica do con-sagrado educador popular Moacir Gadotti apresenta nova e original síntese dos debates que vêm sendo travados sobre a economia solidária no Brasil e na América Latina. Para discutir a economia solidária como prática pedagógica, Gadotti contextualiza a questão no plano histórico, produzindo desta forma um amplo e profundo estudo do que vem a ser a economia solidária no mundo de hoje, com consideração particular para o inédito momento histórico que a América Latina vem vivendo com a vitória de candidatos de esquerda na grande maioria dos países que realizaram eleições neste século 21.

O autor começa com o envolvimento de educadores latino-americanos com a economia solidária ainda no fim dos anos 1980, quando formularam um primeiro programa de economia popular de solidariedade para a América Latina. Nesta ocasião, o educador

Paulo Freire (1921-1997) elaborou uma introdução para o programa em que demonstra sua extraordinária capacidade de desvendar o potencial desta nova maneira de praticar a economia, ao dizer que ela “representa algo de novo e esperançoso para o futuro da educação popular da América Latina e para uma nova ordem econômica mundial” (p. 20).

Desde então, surge a visão de uma outra economia que constitui, na verdade, um projeto de sociedade, “que implica novos valores, acentuando o papel da educação popular em seu caráter participativo, contestatório, alternativo e alterativo” (p. 23). A ligação umbilical da educação popular com a economia solidária se deve ao fato de que esta se apoia em novos valores que, aplicados a atividades econômicas, exigem a invenção de novas práticas, que cabe à educação popular difundir entre aqueles que a peculiar dinâmica do capitalismo exclui do espaço econômico que ele domina.

Ao discutir a economia solidária em toda sua diversidade e complexidade, Gadotti resume o seu caráter nas seguintes palavras: “Trata-se, na verdade, de uma desmercantilização do processo econômico, programa básico de construção de um novo socialismo hoje. Essa desmercantilização não significa uma desmonetização ou o fim do mercado, mas sim ‘a eliminação do lucro como categoria’” (p. 26). Esta formulação é muito interessante, pois sendo a economia

solidária formada por empreendimentos autogestionários, portanto autônomos tanto em relação ao Estado como em relação ao capital, não há dúvida de que eles só podem atuar em mercados. Por isso, a economia solidária é realmente um novo socialismo, que nada tem em comum com o velho “socialismo realmente existente” que se baseava no planejamento centralizado da produção, distribuição e consumo pelo Estado, ao qual estavam subordinados todos os empreendimentos, que, por não terem autonomia alguma, jamais puderam ser autogestionários.

Gadotti tem razão ao propor a eliminação do lucro como categoria, pois o lucro é o rendimento do capital, que se opõe ao salário, como rendimento do trabalho. Nos empreendimentos da economia solidária, a propriedade dos meios de produção é coletiva, dela participando todos os que neles trabalham. Portanto, onde se pratica a economia solidária não há lucros e nem salários. A receita da venda dos produtos pertence integralmente aos trabalhadores associados, que democraticamente decidem – cada cabeça tendo um voto – como ela deve ser dividida entre investimentos e gastos de consumo dos trabalhadores e como esta última parte deve ser repartida entre os sócios.

O crescimento da economia solidária efetivamente elimina o lucro como categoria de uma parte cada vez maior das atividades econômicas. Mas nas empresas capitalistas que continuam em atividade o lucro

continuará vigorando, da mesma forma que o salário. É lógico que se algum dia a economia solidária abranger a totalidade das atividades econômicas dum país, o capitalismo terá desaparecido e com ele a categoria do lucro. Esta hipótese não é provável no mundo em que vivemos, o que não impede que torçamos para que um dia todos os trabalhadores optem livremente pela economia solidária, mandando o capitalismo ao museu da história. O que importa é que o exercício desta opção não seja imposto por coação política ou econômica. Enquanto houver trabalhadores que queiram ser assalariados e empresários que queiram empregá-los, é essencial que uns e outros possam se organizar de acordo com os seus desejos, pois disso depende a autenticidade da economia solidária.

Convém recordar que um dos princípios basilares do cooperativismo (e da economia solidária) é que, a qualquer momento, novos trabalhadores tenham o direito de se associar a empreendimentos solidários e que associados a tais empreendimentos tenham o direito de deixá-los, levando consigo sua parte do capital dos mesmos. A autogestão só é válida enquanto os trabalhadores participarem dela por sua própria vontade. Se a participação em empreendimentos solidários se tornasse obrigatória pela eliminação de todos os outros modos de produção de determinado país, os trabalhadores não seriam mais os donos do seu destino, que ficaria sujeito à vontade dos que teriam poder

para autorizar e impedir o funcionamento dos diversos modos de produção.

A economia solidária é antes de tudo um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição. O aprendizado se estende naturalmente também à prática de comércio justo entre os empreendimentos e aos relacionamentos solidários com fornecedores e consumidores, sem esquecer as práticas de participação na política e na cultura do país, da região e do mundo.

Pode-se objetar que cada pessoa está sujeita a tal processo contínuo de aprendizado, desde que seja economicamente ativa, em qualquer um dos modos de produção. Mas esta objeção desconhece que a maioria dos que trabalham como assalariados de empreendimentos capitalistas quase não tem possibilidade de participar de decisões sobre o rumo da empresa que o emprega. Portanto, o escopo do seu aprendizado tende a ser insignificante. O aprendizado contínuo que a vida na economia solidária proporciona é amplo e combina as diferentes práticas acima arroladas, regidas por princípios que hoje não são os dominantes. Quem se engaja na economia solidária trabalha e ganha a

vida e ao mesmo tempo luta por uma sociedade mais justa, mais ecológica etc. Portanto, tem muito mais a aprender do que quem se amolda aos valores hegemônicos (que Gadotti aborda criticamente de forma brilhante) e adota práticas consagradas pelos costumes e pelo senso comum.

Ora, é vital que estes aprendizados individuais e coletivos sejam socializados, confrontados, criticados e incorporados ao saber e às práticas dos construtores da economia solidária. Por isso, a ideia proposta e defendida por Gadotti de que a economia solidária é uma práxis pedagógica é verdadeira e subentende todo um programa educativo. Diz ele (p. 36) que “temos necessidade de construir uma pedagogia da economia solidária. As pedagogias clássicas não dão conta da riqueza dessa nova realidade econômico-política que está se constituindo hoje. O ensino de autogestão é um exemplo prático. Como ensinar a autogestão? Só pelo exemplo. (...) Não se trata apenas de oferecer cursos. Trata-se de construir valores, uma cultura, juntos”.

É admirável como Gadotti discute a prática pedagógica da economia solidária, partindo de sua essência. “A economia solidária, mais que um modo de produção, é um modo de vida. O espírito da economia solidária é cooperar, viver melhor juntos. Ela nos obriga a ver as pessoas sob outro olhar. Todos pensam juntos. Todos decidem juntos. Os ganhos não são só materiais, São também não materiais. É empoderar as pessoas

pela dissolução do poder nelas, em todos e todas. Por isso, a educação é essencial para o avanço da economia solidária. Empoderar não é ‘ter mais’ poder individual, mas reinventar o poder, conquistar mais autonomia, ‘ser mais’, como dizia Paulo Freire” (p. 48).

Enfim, este livro constitui uma contribuição luminosa para o avanço da economia solidária, ao esboçar um programa pedagógico que toma por base os seus valores, princípios e práticas. Pedagogia muitas vezes é mera forma de transmitir (e inculcar) determinados conteúdos e neste caso formas e conteúdos são tratados muitas vezes como mutuamente independentes e intercambiáveis. Como se fosse possível ensinar democracia usando como pedagogia o autoritarismo e a repressão aos que discordam. O que Gadotti mostra é que o conteúdo do que se ensina predetermina a pedagogia a ser usada.

A educação, que é essencial para o avanço da economia solidária, só pode ser aquela que começa por negar que os papéis de educador e de educando sejam desempenhados sempre pelas mesmas pessoas. “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” dizia Paulo Freire (p. 49). O que permite concluir que se esta pedagogia fosse aplicada nas escolas em todos os níveis de ensino, do jardim da infância à pós-graduação universitária, teríamos uma nova geração muito mais propensa a se engajar numa economia solidária, como modo de vida congruente

com a sua vivência escolar. Este ainda é um sonho de poucos, mas que tendem a se multiplicar. Esta obra, que o leitor tem nas mãos, poderá acelerar esta multiplicação ao fundir com grande felicidade educação popular e economia solidária.

Paul Singer

Secretário Nacional de Economia Solidária
do Ministério do Trabalho e Emprego
Professor Titular da Universidade de São Paulo

São Paulo, janeiro de 2009.



ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Meu envolvimento com a economia solidária começou no final dos anos oitenta. Os que estávamos envolvidos com a **educação popular** nos apoiávamos no trabalho como princípio educativo. Na educação de adultos, a alternância entre estudo e trabalho se constituía no fundamento de toda proposta pedagógica. Entendíamos que o trabalhador não podia parar de trabalhar para estudar. Então, não bastava promover a conscientização e a organização popular. Era preciso associar a consciência crítica e organizativa ao produtivo, ao trabalho e à renda. E começamos por associar a educação comunitária à economia popular, inspirados, sobretudo, nos trabalhos do economista chileno Luís Razeto (1993, p. 34). Ele entendia a **economia popular** como

um fenômeno generalizado que se estende na América Latina, no contexto das profundas transformações do mercado e das estruturas econômico-sociais em curso. Naquele momento nos referíamos a processos que, na bibliografia econômica e sociológica daquela época, eram compreendidos através de expressões como “economia informal”, “estratégias de subsistência”, “economia subterrânea” e outras similares.

Luís Razeto (1993) inclui, no conceito de economia popular, diferentes estratégias de sobrevivência e de subsistência e estratégias de vida, tais como: micro-empresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios; organizações econômicas populares; iniciativas individuais não estabelecidas e informais; atividades ilegais e com pequenos delitos e soluções assistenciais e inserção em sistemas de beneficência pública ou privada (Idem, p. 36-38).

É claro que, hoje, a economia solidária se constitui num fenômeno muito mais complexo. Nessas últimas décadas, a economia solidária vem se estruturando e se constituindo numa força real e alternativa ao modelo capitalista. Os termos “subterrânea” ou “invisível”, muitas vezes atribuídos à economia popular, revelavam a incapacidade dos governos e da economia “oficial” de reconhecer um fenômeno que não é nada oculto, desde aquela época.

Em 1989, como membro da Associação

Internacional de Educação Comunitária, ao lado de Francisco Gutiérrez, Luís Razeto, Cruz Prado, Xabier Gorostiaga e outros, iniciamos um programa de economia popular para a América Latina envolvendo diversos países em torno do que chamávamos de “fator C”: cooperação, co-responsabilidade, comunicação, comunidade, elementos constitutivos das organizações econômicas populares, cujas palavras começam com a letra “C”.

A produção associada gera valores solidários, participação, autogestão e autonomia. Para nós a **economia popular** não se baseava nos critérios de rentabilidade e de lucro do sistema capitalista e da economia não-popular competitiva. Nisso ela aponta para algo diferente do capitalismo, embora esteja nascendo no interior dele. O crescimento da economia popular no mundo, absorvendo grande parte do desemprego estrutural capitalista, está dando razão, hoje, às primeiras intuições dos educadores populares comunitários latino-americanos daquele momento.

Organizamos um programa para o primeiro quinquênio (1990-1995) com base em dois eixos:

- » *Organização popular comunitária.* Esse eixo consistia no resgate do comunitário com ênfase no redescobrimto e ressignificação das raízes das culturas autóctones. Dentro deste campo, deu-se especial destaque às relações com os movimentos sociais, às alternativas frente ao poder local e aos

aspectos legais da organização popular comunitária, que deve desenvolver-se considerando alguns princípios educativos básicos, tais como: participação, motivação, diálogo, descentralização e as relações no interior da própria organização e desta com outras organizações.

- » *Economia popular de solidariedade*. Esta se manifesta por meio de alguns traços e características que fazem do homem e da mulher os sujeitos do processo produtivo-educativo. Uma economia de dimensão humana que resgata valores do chamado “fator C”, como cooperação, comunidade, coletividade, colaboração, coordenação e cogestão, integrando os elementos produção, organização e educação.

O educador Paulo Freire ficou entusiasmado com o resultado da discussão e das propostas que havíamos feito e nos escreveu uma carta para introduzir o documento final do nosso *Programa Latino-Americano de Economia Popular e Educação Comunitária* (Gadotti, 2004, p. 199-200) na qual afirma que a economia popular “representa algo novo e esperançoso para o futuro da educação popular da América Latina” e para uma “nova ordem econômica mundial”. Ele nos chamou a atenção para um ponto importante da metodologia do novo programa: “considero que a partir de uma nova prática econômica teremos que elaborar uma teoria do conhecimento que fundamente e

fortaleça uma vida cada vez melhor para os setores populares”. Paulo Freire manifestava uma preocupação com a **sistematização** das práticas e nos indicou os nomes de Oscar Jara, da ONG Alforja (Costa Rica) e Sérgio Martinic, do Centro de Investigação e Desenvolvimento da Educação (Cide), do Chile, para nos ajudar nesse trabalho.

Aos poucos, a partir dos anos noventa, incorporamos outras expressões ao nosso projeto, dando ao conceito de economia popular denominações distintas, mas inseparáveis, como economia social, socioeconomia¹, humanoeconomia, economia popular solidária, economia de proximidade, economia de comunhão, economia da dádiva², associadas ao comércio justo

1. “Adotamos este termo **socioeconomia** porque ele designa a subordinação da economia à sua finalidade, que é prover, de maneira sustentável, as bases materiais para o desenvolvimento pessoal, social e ambiental do ser humano” (PACS, 2000, p. 5).

2. A **economia da dádiva** (*gift economy*) é aquela baseada numa ação que não visa a qualquer forma de recompensa. Ela é inteiramente gratuita e implica, segundo Noëlle Lechat e Valmor Schiochet (in Cattani (org.), 2003, p. 85), “a existência de uma economia não mercantil, onde não há fixação de preços nem pagamento em dinheiro. Tampouco se trata de trocas imediatas de objetos ou serviços considerados partes como equivalentes. A dádiva é, ao mesmo tempo, obrigatória e espontânea, gratuita e interessada, incondicional e condicional”. No fundo, a única obrigação de quem recebe uma dádiva é retribuir na mesma medida.

e ao mercado ético. Desde os anos noventa falamos em “transformação produtiva com equidade” (Cepal, 1990). Recentemente surgiram, na Venezuela, as chamadas “empresas de produção social”. As **empresas de produção social** (EPS), impulsionadas pelo presidente Hugo Chávez dentro do processo revolucionário bolivariano, como caminho para o socialismo, são

aquelas entidades econômicas dedicadas à produção de bens ou serviços nas quais o trabalho tem significado próprio, não alienado, autêntico; nas quais não existe discriminação social no trabalho e de nenhum tipo de trabalho, não existem privilégios no trabalho associados à posição hierárquica. Aquelas entidades econômicas com igualdade substantiva entre seus integrantes, baseada numa planificação participativa e protagonista, e, com base no regime de propriedade estatal, de propriedade coletiva ou da combinação de ambos. (Troudi, 2006 p. 91)

Essas empresas estabelecem os elementos essenciais para colocar em marcha um novo modo de produção com base na tradição socialista, pela igualdade e superação da alienação que produz o trabalho assalariado, na participação dos trabalhadores na gestão e na propriedade. As EPSs podem ser entendidas como empreendimentos de economia solidária na medida em que promovem o intercâmbio solidário, a participação e a cooperação, promovem uma economia guiada pelo valor de uso e não pelo valor de troca. É uma nova iniciativa que precisa ser acompanhada de perto por

todos os que buscam alternativas ao neoliberalismo. Na Venezuela, Hugo Chávez vem transformando grandes estatais em empresas cogestionadas nas quais os trabalhadores tomam decisões no local de trabalho. É por meio de experiências como essas que a Venezuela tenta construir um novo modelo econômico.

O que há de comum em todas essas denominações é que todas estão associadas a uma “outra economia”, articuladas como um projeto de sociedade que implica **novos valores**, acentuando o papel da educação popular em seu caráter participativo, contestatório, alternativo e alterativo. Daí concluímos que a economia solidária é uma práxis pedagógica.

Era assim que a entendíamos desde os anos oitenta, quando publiquei com Francisco Gutiérrez, Luís Razeto e Xabier Gorostiaga o livro *Educação comunitária e educação popular* (Gadotti & Gutiérrez, 1993). Essas ideias iniciais sobre a economia popular, trabalhadas na Associação Internacional de Educação Comunitária, influenciaram os projetos do então recém-criado Instituto Paulo Freire (IPF), em 1991, principalmente na área de educação de jovens e adultos; a partir daí, vários de seus projetos incluíram os temas trabalho e renda, consumo responsável, desenvolvimento sustentável e economia solidária. Hoje, a economia solidária tornou-se

uma nova maneira de nomear, conceituar e interconectar muitos tipos de valores econômicos

transformadores, práticas e instituições que existem em todo o mundo. Ela inclui, mas não é limitada pelo consumo socialmente responsável, trabalho e investimento; cooperativas de trabalhadores, consumidores, produtores e credores; empreendimentos solidários, sindicatos progressistas, empreendimentos comunitários, microcrédito e cuidado com o trabalho não pago. A economia solidária trata ainda de unir essas diferentes formas de economia transformadora numa rede de solidariedade: solidariedade com uma visão compartilhada, solidariedade com a troca de valores, a solidariedade com os oprimidos. (www.transformationcentral.org)

A economia solidária não se resume a um **produto**, a um objeto. Ela se constitui num sistema que vai muito além dos próprios empreendimentos solidários. Ela é, sobretudo, a adoção de um **conceito**. A economia solidária respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. A economia solidária implica comércio justo, cooperação, segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável (produzido sem o sofrimento de pessoas ou de animais). Além disso, a margem de lucro é discutida coletivamente entre o produtor e o vendedor. O que cada um ganha é discutido coletivamente. A economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável. Por isso a economia solidária está estreitamente ligada à **educação transformadora**

e à democracia econômica:

o projeto proposto pela economia popular e solidária tem entre seus principais fundamentos o desafio de estruturar uma economia que se alimente da inclusão social e da distribuição de renda, em um contexto em que signifique a radicalização da democracia política na direção da democracia econômica, a única capaz de trazer soluções definitivas aos problemas sociais. (Arroyo, 2006, p. 53)

Hoje, a economia solidária destaca-se como um rico processo em curso, regido pelos princípios da *solidariedade*, da *sustentabilidade*, da *inclusão social*³ e da *emancipação*. Ela representa uma grande esperança de transformação do modo como produzimos e reproduzimos nossa existência no planeta⁴:

3. O conceito de **inclusão social** é controverso. Não basta incluir. É preciso saber onde incluir. Não há solução se pensamos apenas na inclusão na sociedade que aí está. Incluir na esfera do capitalismo – que é um modo de produção essencialmente exclusivo – é uma contradição evidente. Estaríamos tentando resolver um problema criado pelo capitalismo por meio do próprio capitalismo. Na verdade, a inclusão social não é apenas social. Ela é, necessariamente, também uma inclusão econômica e tecnológica. Numa ótica transformadora, a inclusão com qualidade social deve respeitar e valorizar as diferenças e, ainda, possibilitar maiores esperanças de emancipação.

4. Ver o livro organizado por Antonio David Cattani, *A outra economia* (2003). Em 2005, um mapeamento em 2.274 municípios revelou a existência de 15 mil empreendimentos de economia solidária envolvendo 1 milhão 250 mil

a economia solidária é um movimento de alcance global que nasceu entre os oprimidos e os velhos e novos excluídos, aqueles cujo trabalho não é valorizado pelo mercado capitalista, sem acesso ao capital, às tecnologias e ao crédito. É deles e dos ativistas e promotores da economia solidária, que emerge a aspiração e o desejo de um novo paradigma de organização da economia e da sociedade. (Grupo de Trabalho, 2003, p. 162)

Trata-se, na verdade, de uma **desmercantilização do processo econômico**, programa básico de construção de um novo socialismo hoje. Essa desmercantilização não significa desmonetarização ou o fim do mercado, mas sim

a eliminação do lucro como categoria. O capitalismo tem sido um programa para a mercantilização de tudo. Os capitalistas ainda não o implementaram totalmente, mas já caminharam bastante nessa direção, com todas as consequências negativas que conhecemos. O socialismo deve ser um programa para a desmercantilização de tudo. (Wallerstein, 2003, p. 36)

Nesse programa a educação desempenha um papel destacado.

A economia solidária incorporou, desde os seus primórdios, o tema da ecologia e do desenvolvimento sustentável. Essa incorporação representa uma

possibilidade de ampliação do âmbito dos empreendimentos de socioeconomia solidária, assim como ocorreu com a incorporação do enfoque de gênero, o enfoque dos direitos humanos e da defesa do controle social local. **Sustentabilidade** e **solidariedade** são temas emergentes e convergentes.

A economia solidária é, frequentemente, associada ao desenvolvimento sustentável, como foi destacado pela *Carta de Princípios da economia solidária* do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)⁵:

a **economia solidária** constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um **desenvolvimento sustentável**, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um

5. O **FBES** é “um instrumento do movimento da economia solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico do país que queremos” (FBES, 2008, p. 55) e tem por **finalidades principais** o apoio ao fortalecimento do movimento de economia solidária e a representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de economia solidária. Para garantir a articulação entre os três segmentos (empreendimentos solidários, entidades de assessoria e gestores públicos), o FBES estrutura-se por uma Coordenação Nacional, uma Coordenação Executiva, uma Secretaria Executiva Nacional, Fóruns Estaduais de Economia Solidária, Entidades e Redes Nacionais de Fomento e Grupos de Trabalho da Economia Solidária.

trabalhadores. Calcula-se que existem hoje, no Brasil, mais de 22 mil empreendimentos solidários.

caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

Entretanto, é preciso levar em conta a ambiguidade que cerca o conceito de desenvolvimento sustentável. Como aponta o teólogo Leonardo Boff (2002, p. 55), o conceito de desenvolvimento origina-se numa economia excludente e, a sustentabilidade, no paradigma incluyente da ecologia. Como conceitos, eles seriam antagônicos. A ambiguidade começa já no próprio conceito de desenvolvimento sustentável. Tal conceito tem a ver com o que Maurice Strong chamou, na Cúpula da ONU de 1972 (Estocolmo), de “**ecodesenvolvimento**”, um desenvolvimento voltado para o bem-estar das pessoas, que satisfaça as necessidades humanas sem destruir o meio ambiente (crescer e preservar), um conceito recriado, mais tarde, por Ignacy Sachs em seu livro *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir* (Sachs, 1986).

As Nações Unidas consagraram a expressão “desenvolvimento sustentável” em 1987, no Relatório Brundtland da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, chamado de *Nosso futuro comum*. Segundo esse Relatório, desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46).

Na Cúpula da Terra (Rio-92) o desenvolvimento

sustentável ganhou maior visibilidade no documento aprovado pelos 173 chefes de estado e de governo presentes, com o título **Agenda 21**, que prevê a cooperação internacional e a transferência de tecnologia dos países ricos para os países pobres. Esse documento, porém, não conseguiu superar a ambiguidade apontada acima por Leonardo Boff. A Agenda 21 não toca na insustentabilidade intrínseca ao modelo capitalista de produção.

Mesmo com esses problemas conceituais, na prática, o desenvolvimento sustentável gerou uma série de consequências positivas na sociedade global e local: gerou consciência ambiental do risco que estamos correndo se continuarmos na rota predatória do desenvolvimento capitalista, gerou ações locais pela sustentabilidade (“Agenda 21 local”), gerou códigos de ética como a **Carta da Terra** (que preferiu chamar o desenvolvimento sustentável de “modo de vida sustentável”) e movimentos como o da atual “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (2005-2014).

Para ser sustentável, o desenvolvimento precisa ser ambientalmente correto⁶, socialmente justo,

6. Como diz Luís Razeto (2001, p. 60), “enfrentar a deterioração ecológica não se alcança simplesmente detendo o crescimento da economia atual, pois, mesmo deixando de crescer, continuaria gerando graves desequilíbrios meio-ambientais no nível no qual são produzidos atualmente ou, quem sabe,



economicamente viável e culturalmente respeitoso das diferenças. Ele supõe, portanto, que existam diversos modos sustentáveis de viver. A fórmula correta seria viver feliz, **bem viver**, viver plenamente, em harmonia com o meio ambiente, sem destruí-lo. O tema é complexo e não pode ser visto de forma sectária.

Associamos a **economia solidária** ao **desenvolvimento sustentável**, e mais precisamente à vida sustentável, porque entendemos a sustentabilidade como o sonho de bem viver, o equilíbrio dinâmico com o outro e com a natureza, a harmonia entre os diferentes, princípios perseguidos também pela economia solidária. Para nós, sustentabilidade implica respeito à vida, cuidado diário para com o planeta e para com toda a comunidade da vida. Ela se opõe a tudo que sugere egoísmo, injustiça, dominação política, exploração econômica – e isso tem tudo a ver com a economia solidária.

EDUCAR PARA A COOPERAÇÃO

Uma das características mais marcantes da economia solidária é o seu sistema de **gestão**, nitidamente distinto do setor privado capitalista. A gestão capitalista está ligada ao acúmulo do capital e ao lucro, ao passo que a gestão solidária está ligada à melhoria da qualidade de vida dos associados, ao empreendimento econômico solidário¹, a um modo de vida sustentável e ao bem

ainda mais agravados (...). É evidente que recuperar o meio ambiente supõe abundantes atividades econômicas novas, que devem ser implementadas conforme a lógica de uma economia ecologicamente apropriada”.

1. Entende-se por **empreendimento econômico solidário** aquela atividade econômica de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizada sob a forma de autogestão. Os empreendimentos solidários distinguem-se dos empreendimentos capitalistas porque têm uma gestão democrática, relações intersubjetivas de trabalho, trabalho em rede, participação cidadã, mutualismo, respeito aos direitos sociais e trabalhistas e superação do trabalho alienado.

viver da população. São princípios ético-políticos antagônicos aos da gestão dos negócios capitalistas que não beneficia a todos, mas a seus proprietários.

Segundo Paul Singer (2002, p. 10), a **economia solidária** é um modo de produção “cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Na empresa capitalista, os salários são desiguais: diretores ganham mais do que gerentes e estes, mais do que os técnicos e vendedores. Na empresa solidária, os sócios não recebem salário, mas sim retiradas que variam conforme a receita obtida. “Alguma desigualdade é tolerável desde que ela sirva para melhorar a situação dos menos favorecidos” (Idem, p. 13), conclui Paul Singer.

Por isso, na **autogestão**, a formação para a gestão não é um processo educativo restrito ao setor administrativo. A formação para a gestão em empreendimentos autogestionários dirige-se ao conjunto das pessoas ligadas ao empreendimento, embora tenha que existir formação específica e profissional para certos quadros institucionais de acordo com suas responsabilidades. Trata-se de uma **formação para a gestão colaborativa** e o trabalho de equipe. A formação se constitui numa maneira muito concreta de apoiar e dar sustentabilidade aos empreendimentos de economia solidária. Ela não se restringe a aspectos informativos e formativos, mas envolve também aspectos organizativos e produtivos.

Com a autogestão, todos participam das decisões independentemente da função que executam. Por isso, todos os membros de um empreendimento solidário precisam ser formados para a gestão coletiva do próprio empreendimento. Todos precisam de uma nova formação já que a forma como a sociedade capitalista se organiza não oportuniza uma cultura de decisão coletiva:

o que define a autogestão são as relações sociais democráticas, coletivistas e igualitárias, que fazem da produção associada mais do que uma organização econômica, na medida em que se configura em um espaço privilegiado para a experimentação social e a realização de ações pedagógicas no campo político e cultural. (Xavier, 2008, p. 19)

As práticas de economia solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer. A economia solidária está fortemente ligada à necessidade de formação cultural. Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável. A eficiência econômica está ligada não só a valores econômicos, mas também a valores culturais das práticas solidárias.

As empresas solidárias, por seu caráter, devem ser autogestionárias². Cada vez mais está se consolidando

2. Sobre o conceito de autogestão, seu papel e sua importância para a economia solidária, ver o livro publicado

o conceito de empreendimento econômico solidário como aquele que é ligado à autogestão. Entende-se que a solidariedade não pode estar separada da autogestão. A empresa autogestionada “exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa” (Idem, p. 19). O modelo da autogestão é baseado na democracia participativa. Ele está assentado

não apenas sobre a crítica da propriedade privada dos meios de produção, mas também sobre aquele da organização burocrática da gestão das organizações e do Estado (...). O temor de abuso do poder por parte dos eleitos numa democracia representativa está no centro da democracia direta. (Mothé, 2005, p. 110-111)³

Como surgem os empreendimentos solidários de autogestão? José Ricardo Tauile e Huberlan Rodrigues (2004, p. 39) apontam cinco formas em relação ao

pela Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) em 2007, com o título *Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia*.

3. A autogestão não é um projeto político nascido recentemente. Por isso deve-se levar em conta também a sua história de alguns êxitos e muitos fracassos. A economia solidária, assumindo estrategicamente a autogestão como seu programa, não pode ignorar o que aconteceu no passado em relação a esse projeto de sociedade.

surgimento dos empreendimentos de autogestão: pela associação de trabalhadores; pela assunção coletiva de uma empresa falida; pelo arrendamento de um empreendimento econômico em estado pré-falimantar; pela compra de empresa pelos trabalhadores associados; pela reconversão para a autogestão de cooperativas heterogestionadas.

A economia solidária, como uma forma cooperativa e não competitiva de produzir e reproduzir nossa existência, tem um componente educativo extraordinário. A **educação para a cooperação** e para a autogestão é necessária para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários a compreender sua empresa e administrá-la adequadamente. Não se pode entrar numa cooperativa com uma mentalidade capitalista. Seria o mesmo que dar continuidade ao projeto capitalista:

a prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam re-educadas (...). Essa re-educação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a economia solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de uma grande

variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles se espera e o que devem esperar dos outros. (Singer, 2005, p. 16)

Nesse sentido, pode-se afirmar que a economia solidária é uma práxis eminentemente pedagógica.

É precisamente porque “a economia solidária é um ato pedagógico” (Singer, 2005) que temos necessidade de construir uma **pedagogia da economia solidária**. As pedagogias clássicas não dão conta da riqueza dessa nova realidade econômico-política que está se constituindo hoje. O ensino da autogestão é um exemplo prático. Como ensinar a autogestão? Só pelo exemplo. Não dá para ensinar a autogestão com “lições de autogestão”, como não dá para ensinar democracia com “lições de democracia”. Essa é uma pedagogia a ser construída com a prática. Aqui vale a advertência de Paulo Freire: “ninguém ensina nada a ninguém. Aprendemos juntos, em comunhão”. Não se trata apenas de oferecer cursos. Trata-se de construir valores, uma cultura, juntos.

Em qualquer tipo de formação é importante despertar a confiança dos educandos. E isso se consegue na medida em que os educadores não se distanciam dos educandos. A economia solidária baseia-se na ajuda mútua e esse **princípio pedagógico** da reciprocidade e da igualdade de condições – exigência de

todo diálogo verdadeiro – entre educador e educando, deve ser levado em conta sobretudo na **formação em economia solidária**. Os pobres sabem o que isso significa: eu ajudo hoje e sei que amanhã, se precisar de ajuda, posso contar com ela. Isso é confiar. Isso é reciprocidade e igualdade de condições. No mercado capitalista ocorre exatamente o contrário. Você pode esperar, com certeza uma rasteira, amanhã, porque o princípio da economia capitalista é o da competitividade insolidária.

O **mercado capitalista** é totalmente diferente do **mercado solidário**. Como costuma dizer Paul Singer “o mercado existiu bem antes do capitalismo e continuará existindo depois do capitalismo”. O mercado, em si, não é hostil à economia solidária. Um mercado socialista precisa ter um bom preço, ser eficiente, como também precisa ser ético, não explorar as pessoas, não ser desleal⁴. A noção de mercado é tão controversa quanto a noção de competição, frequentemente a ela associada. A palavra “competição” carrega uma carga muito negativa. Por isso alguns usam positivamente

4. Não confundir “economia solidária de mercado” com “sociedade de mercado”. Eu aceito a primeira, mas não a segunda. A sociedade de mercado é própria do modo de produção capitalista, cujos valores regulam todo o funcionamento da sociedade (capitalista), tornando o mercado um valor supremo. O capitalismo substituiu a sociedade de pessoas por uma sociedade de mercados.

a palavra competitividade e entendem a competição apenas como um valor negativo. Mas existem casos em que a competição é saudável e até recomendável. Numa democracia, por exemplo, precisamos da concorrência ou da competição de muitos partidos adversários uns dos outros. Para haver liberdade de pensamento é preciso a concorrência ou a competição científica e mesmo uma saudável disputa filosófica e ideológica. O pensamento único é a morte do pensamento. “O mundo sem competição”, conclui Paul Singer, “é o mundo do sonho stalinista”.

Só se entende um conceito quanto ele é contextualizado. Existe uma competição insolidária, destrutiva, e uma competição solidária, construtiva. Uma competição esportiva, onde o fim é superar-se a si mesmo e não destruir o outro, onde as regras são as mesmas para todos os competidores, é uma competição construtiva e saudável. Por outro lado, na economia solidária devemos privilegiar **o que nos une** e não o que nos divide, devemos privilegiar a cooperação e a parceria e não a competição e a concorrência. Como observa Luigi Verardo (2005, p. 124),

a economia solidária é avessa à concorrência no interior do seu próprio campo de atuação. Neste sentido, a competição entre empreendimentos ou entre entidades promotoras (assessorias, consultorias e fomentos) não só não constrói a economia solidária como, simplesmente, a destrói em seu alicerce e em seus próprios fundamentos.

A economia é a forma como a sociedade produz e distribui o de que necessita para se reproduzir e sustentar. O ato de cooperar é uma forma de trabalho em que muitos trabalham para o mesmo fim. A cooperação das pessoas no trabalho é um dos maiores avanços da humanidade. Está na base de todas as formas capitalistas, sob hierarquia (ordem), relação de mando e de subordinação, para a reprodução do capital, na cooperação mediada pelo mercado, em que há vencedores e vencidos.

Claus Germer (2007, p. 50-73), professor da Universidade Federal do Paraná, faz diversas críticas à concepção de economia solidária de Paul Singer, afirmando que a economia solidária se situa no campo da cooperação capitalista, não marxista, mas reconhecendo que a economia solidária é um “campo heterogêneo” e que “Paul Singer diferencia-se pela tentativa de teorizar a economia solidária com base em alguns elementos da teoria social marxista, concebendo-a como uma forma social alternativa ao capitalismo” (p. 52). Esta é também a visão de Pablo Guerra (2002, p. 34) para quem “as economias solidárias são alternativas concretas ao capitalismo. Ademais, do nosso ponto de vista não é aceitável o argumento segundo o qual, definitivamente, estas práticas terminam operando no sistema capitalista”.

Claus Germer, em oposição a esta tese, sustenta que é “fantasiosa” a opinião de que a luta histórica dos

trabalhadores pelo socialismo, há duzentos anos, tenha começado pelo cooperativismo. Nisso ele discorda de Singer. Essas lutas teriam começado pela apropriação coletiva dos meios de produção, uma “luta pelo poder de Estado” (p. 57). Segundo ele, as propostas utópicas baseadas no cooperativismo teriam se constituído em “obstáculos ao avanço da luta pelo socialismo” (p. 57) e que a economia solidária “não é um projeto socialista e não reflete, portanto, os interesses do proletariado como classe” (p. 62). A meu ver, tudo depende de que socialismo estamos falando.

Creio que aqui se encontra a divergência: entre a concepção de “socialismo de estado” de Marx e a concepção de um **socialismo** a partir da organização da sociedade, que Paul Singer defende. Trata-se de conquistar o estado para, depois, fazer a revolução na sociedade, ou se trata de fortalecer a sociedade civil e os trabalhadores para fazer a revolução com base na sociedade? O modelo de socialismo de estado de tipo soviético fracassou, inclusive porque adotou a lógica capitalista de mando e subordinação (não da cooperação) na gestão dos empreendimentos coletivizados. Como sustenta o deputado federal Eudes Xavier, coordenador da Frente Parlamentar pela Economia Solidária, na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional,

o processo de superação do capitalismo não será consequência de um movimento de cima para

baixo, e sim a partir da construção, nas brechas do capitalismo, de novas formas de organização da produção e do trabalho que superem positivamente as contradições do capitalismo. Uma nova base econômica, cuja hegemonia seja realizada pelos(as) livres produtores(as) associados(as) de forma autogestionária, consiste num passo decisivo para a superação do capitalismo. (Xavier, 2008, p. 15)

Precisamos aprender com nossos próprios erros e acertos. Sem dúvida, a economia solidária é um **embrião de uma nova sociedade**, como forma típica de um novo modo de produção, antagônica ao modo de produção capitalista. Ela permanece no campo da ética marxista, mas não em todas as suas concepções político-econômicas e estratégicas. Trata-se de um novo conceito de revolução, como sustenta John Holloway (2003). Enquanto no primeiro modelo predominava o planejamento centralizado no poder de estado, no segundo predomina a *descentralização*, a *participação* e a *concertação*. A economia solidária não é apenas um projeto de uma nova economia, mas de uma nova sociedade. Ela reconhece seus **limites**, inclusive na incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, mas não abandona o projeto utópico de um “outro mundo possível”, como propõe o Fórum Social Mundial (FSM).

Para não cair no “economicismo”, a economia solidária também forma para a conquista do poder político dos trabalhadores. Por isso, ela tem um

poderoso componente de **formação política**, de educação – ela é, em si, “um ato pedagógico”, como sustenta Paul Singer – ao lado de seu componente econômico fundamental. Sem dúvida, ela vem, na sua história, fortalecendo a luta dos trabalhadores pelo controle autônomo, direto, cidadão e participativo do estado. Ao lado da democracia representativa (Frente Parlamentar pela Economia Solidária), a economia solidária luta pela democracia participativa (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Fóruns Estaduais e Municipais de Economia Solidária). O cooperativismo revolucionário ou solidário, sim, teve, e tem, um papel importante na história das lutas pelo socialismo, por um certo socialismo. Ele não se constitui em nenhum obstáculo ao socialismo.

Há uma grande diferença entre o cooperativismo solidário (cooperativas de trabalho) e o cooperativismo do agronegócio (cooperativas de produtores). E não é só o tamanho do negócio. A diferença está na sua concepção econômica de produção e consumo. O agronegócio pode ser eficiente do ponto de vista produtivo, mas tem sido também um modelo concentrador de renda e agressivo ao meio ambiente. Enquanto a economia solidária cria postos de trabalho, o agronegócio vem desativando postos de trabalho. A diferença entre a **cooperativa de trabalho** (associado) e a **cooperativa de produtores** está justamente na presença ou ausência da autogestão, visto que, materialmente, na

cooperativa de trabalhadores, estes se associam para deter os meios de produção e, na cooperativa de produtores, estes se associam para beneficiar a produção de suas propriedades, realizando o trabalho por meio de empregados subordinados, dependentes e pagos por meio de salário, sem participação na gestão.

Como se vê, não se pode falar de cooperação e de competição em geral. Temos que qualificar de que competição e de que cooperação estamos falando. O capitalismo também se baseia na cooperação, como sustenta Marx *em O Capital*. Contudo, a cooperação, no capitalismo, se dá de forma forçada entre indivíduos. Ao contrário, na economia solidária, a cooperação é voluntária. Ela se sustenta na corresponsabilidade dos membros, em redes de apoio mútuo, numa ética de distribuição de benefícios (lucro) segundo acordos compartilhados (consumo crítico, sustentável e comércio justo e solidário), aproximando mais aquele que produz daquele que consome, encarando o consumo como um ato político que exige uma postura consciente e participativa, um engajamento interessado.

A economia solidária só pode ser considerada como tal se seus integrantes a entenderem como uma economia não-capitalista, se eles tiverem consciência do que estão fazendo.

Ela é um ato de vontade de construir, por lutas e outras formas, uma sociedade, vamos dizer, não ideal, mas melhor daquela que temos aqui (...). A

economia solidária é um projeto revolucionário, é um projeto para uma outra sociedade, e isso nos permite formulá-la como nós desejamos. (Singer, 2005a, p. 11-13)

E para isso seus empreendedores precisam de uma **formação política**. A economia solidária propõe uma forma de vida sustentável que concretiza a utopia socialista, a utopia de uma sociedade de iguais e diferentes: uma economia não-capitalista nos interstícios da economia capitalista. E isso pode ser feito desde já. O Orçamento Participativo, por exemplo, tal como foi iniciado em Porto Alegre, em 1989, na gestão de Olívio Dutra, e se espalhou pelo mundo, pode ser considerado como um implante socialista numa economia capitalista. A economia solidária é uma alternativa à economia capitalista. Por isso, para se fortalecer, ela deve tornar-se mais eficaz do que a própria economia capitalista, em todos os campos, principalmente no campo social.

Não se concebe uma economia solidária sem uma **cultura solidária**. As pessoas precisam estar convencidas de que aquele é o melhor caminho para si e para todos e todas:

as pessoas passam a ser estimuladas a cultivar, entre elas, relações de reciprocidade, de respeito, de busca de entendimento, procurando conjugar igualdade de direitos e deveres às diferenças, aos traços peculiares de cada qual. Combinar adequadamente diferenças individuais e igualdade de direitos e deveres é um dos principais segredos na cultura solidária e

é, também, um dos principais desafios da formação na economia solidária. (Oliveira, 2005, p. 37)

Não se pode pensar numa cultura para a **solidariedade** sem a formação para a **sensibilidade**. A cultura solidária e a educação estética estão intimamente relacionadas. A educação estética mobiliza para a sensibilidade, abrindo-se para o novo, para o outro, para o diverso. Daí uma outra dimensão da educação para uma cultura solidária, que é o respeito e a valorização da **diversidade cultural**. Trata-se de não impor padrões culturais, mas de compartilhá-los, valorizá-los, não estabelecendo uma relação de hierarquia entre eles.

O **desenvolvimento humano** é resultado de um trabalho em comum, na evolução da teia da vida. Essa oportunidade de se desenvolver, o ser humano a encontra na educação e na cultura. Cada indivíduo para se desenvolver necessita da colaboração do outro. Todo ser humano precisa de **alteridade**. Uma educação para a cooperação, uma educação para a solidariedade, não é apenas uma opção ética. É uma condição humana necessária para o desenvolvimento pessoal e social. Respeitar os talentos de cada um, de cada uma, valorizá-los e promovê-los, é um dever educacional e uma responsabilidade social e política de todos e todas.

3



QUALIFICAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E SISTEMATIZAÇÃO

A solidariedade nada tem a ver com a piedade. Não se trata de dar uma esmola para alguém para aliviar nossa consciência. A esmola e a piedade não empoderam ninguém. Ao contrário, elas humilham. A solidariedade implica não apenas sentir o outro, mas compartilhar nossas vidas, nossos sonhos, com o outro. Por isso, a solidariedade precisa ser emancipatória. Emancipar, etimologicamente, significa “tirar as mãos de”. Não basta “sofrer com”, é preciso “estar com”, compartilhar. É exatamente o que Paulo Freire (1981) afirmou na dedicatória de seu livro mais conhecido, *Pedagogia do oprimido*: “aos esfarrapados do mundo e àqueles que com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”.

Uma nova pedagogia necessita de uma nova

metodologia. No caso da economia solidária, a metodologia usada deve

vincular o pensar ao fazer. Assumir-se como sujeito exige recuperar a fala, que reproduz o conhecido, e o ato de nomear, que elabora novos conhecimentos (...). É por isso que, na formação de grupos cooperados, são tão importantes três perguntas: o que cada membro do grupo faz, o que eles sabem fazer e o que eles gostariam de fazer juntos. Essas perguntas abrem espaço para a fala sobre o vivido e sobre a realidade, tal como é percebida coletivamente pelo grupo, mas, principalmente, abrem espaço para nomear as novas alternativas, que podem, assim, ser concebidas. A economia solidária pretende uma mudança de qualidade e de postura do sujeito diante da vida e da organização da sociedade. (Kruppa, 2005, p. 26-27)

A economia solidária, mais do que um modo de produção, é um modo de vida. O espírito da economia solidária é cooperar, viver melhor juntos. Ela nos obriga a ver as pessoas sob outro olhar. Todos pensam juntos. Todos decidem juntos. Os ganhos não são só materiais. São também não materiais. O espírito da economia solidária é empoderar as pessoas pela dissolução do poder nelas, em todos e todas. Por isso, a educação é essencial para o avanço da economia solidária. Empoderar não é “ter mais” poder individual, mas reinventar o poder, conquistar mais autonomia, “ser mais”, como dizia Paulo Freire.

Paulo Freire nos ensinou que todo conhecimento

nasce da ação, mas para produzir conhecimento não basta agir. É preciso refletir e sistematizar a prática. Nesse processo, o diálogo educador-educando é fundamental: “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1997, p. 25). A cultura do educando é um elemento central dessa metodologia: “ninguém sabe tudo; ninguém ignora tudo” (Freire, 1976, p. 21), repetia Paulo Freire. Deve-se reconhecer e valorizar os saberes dos educandos. Nesse sentido, deve-se dar destaque a **conteúdos** básicos dessa formação, relacionado-os com a cultura acumulada pelos empreendimentos solidários no campo da gestão democrática, no campo da constituição de redes e cooperativas, da participação cidadã e do trabalho emancipatório, dos direitos sociais e trabalhistas e da autogestão. Os conteúdos da formação devem estar relacionados com as experiências vividas de autogestão. É dessas experiências concretas que devemos tirar as “lições” de formação em autogestão. Conhecer as **experiências concretas** de construção de redes autogestionárias deve fazer parte de qualquer programa de formação social e profissional em economia solidária.

Há outros conteúdos geralmente não levados em conta na educação formal. A Declaração de Hamburgo (1997), resultante da V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia) da Unesco, afirma que a **educação de jovens e adultos** não pode isolar-

se na escolarização formal. Ela precisa ser ampliada levando em conta a questão de gênero, o meio ambiente, os direitos humanos, a questão étnica e racial, a formação para a paz e a sustentabilidade. A educação de adultos, relacionando desenvolvimento sustentável e economia solidária, está inserida nessa visão crítica e ampliada defendida por essa importante Conferência da Unesco.

A meu ver a economia solidária, buscando formar para o **consumo responsável**, deveria ser matéria obrigatória de todos os cursos, desde a infância. Por consumo responsável entende-se a capacidade de cada pessoa de “escolher bens e serviços, de maneira ética, para melhorar a qualidade de vida de cada um, da sociedade e do ambiente” (Badue, 2005, p. 21).

Educação popular, desenvolvimento local e economia solidária são temas convergentes de uma mesma **política de inclusão**. Para isso, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)¹ criou, em 2005, o *Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária* (PPDLES). O PPDLES desenvolve

1. A **Senaes** foi criada em junho de 2003 junto ao Ministério do Trabalho e Emprego com o propósito de elaborar e propor medidas de articulação de políticas de finanças solidárias, criar um marco legal para a economia solidária, fortalecer os empreendimentos autogestionários, estimular a produção de conhecimento nestas áreas e aprofundar a democracia participativa (Senaes, 2003).

uma política de inclusão social, fomentando o desenvolvimento local solidário, com vistas à geração de trabalho e renda junto a populações e comunidades mais excluídas. Entre elas estão as comunidades quilombolas e indígenas, mulheres e jovens, catadores de resíduos sólidos e trabalhadores desempregados. O sucesso de um programa como esse depende, em grande parte, da formação de pessoal qualificado e comprometido com o paradigma da economia solidária, chamados, no PPDLES, de “agentes de desenvolvimento solidário”². Esse projeto foi renomeado e hoje é conhecido pela expressão “Brasil Local”.

Tudo isso foi possível porque o governo Lula valorizou a **educação não-formal e inclusiva** como educação política e cidadã, que permeia hoje vários ministérios. Segundo Cláudio Nascimento (2005, p. 62), são objetivos da formação de **agentes de desenvolvimento solidário**:

» desenvolver processos formativos voltados a estratégias de desenvolvimento (includente, sustentável

2. Por **agente de desenvolvimento solidário** entende-se o profissional que “atua nas comunidades e empreendimentos de economia solidária por meio de metodologias participativas de sensibilização, mobilização, formação de monitores ou multiplicadores, acompanhamento, apoio especializado, construção de redes e/ou arranjos produtivos articulados a estratégias de desenvolvimento local (ou com outra identidade territorial), permeadas pela economia solidária e autogestão” (Nascimento, 2005, p. 62).

- e solidário) por meio do fortalecimento da economia solidária da autogestão e da participação;
- » formar agentes de desenvolvimento solidário que atuem na formação e acompanhamento de cooperativas e/ou empreendimentos solidários;
 - » experimentar e desenvolver metodologias de formação de multiplicadores, trabalhadores cooperados e empreendedores solidários em gestão coletiva e administração dos empreendimentos; e
 - » disponibilizar conhecimentos necessários para a formação e funcionamento de cooperativas e/ou empreendimentos econômicos solidários inseridos em estratégia de desenvolvimento.

A formação de educadores populares e de agentes de desenvolvimento local e solidário tornou-se um campo socialmente relevante de atuação da educação de jovens e adultos e sua ação vai além do âmbito de um simples projeto para se constituir numa política mais abrangente. Ver, por exemplo, os programas *Rede de Educação Cidadã*³ (uma parceria entre o MDS, o

3. A **Rede de Educação Cidadã** “é uma articulação de diversos atores sociais, entidades e movimentos populares do Brasil que assumem solidariamente a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular da população brasileira, principalmente das famílias em condições de vulnerabilidade social, promovendo o diálogo e a participação ativa na superação da miséria, afirmando um projeto popular, democrático e soberano de nação” (Brasil/MDS/Recid, 2008, p. 3). A educação cidadã deve

Instituto Paulo Freire (IPF) e numerosas entidades) e *MOVA-Brasil*⁴ (uma parceria entre a Federação Única dos Petroleiros, o IPF e a Petrobras), o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura (MinC) e o Pró-Jovem, entre outros.

A partir de 2006, o IPF estabeleceu um convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (o PlanSeQ-

ser entendida como “uma atividade que cria oportunidades para as pessoas se descobrirem como pessoas, portadoras de direitos e de cultura, capazes de lutar pela vida por causa de valores como a solidariedade, a cooperação, a liberdade (...). A educação cidadã tem raízes na longa história da educação popular. Ela pode, então, ir unindo e mobilizando as energias que formam o espírito que dará vida ao mutirão em favor da vida” (Brasil/MDS, 2004, p. 15-16).

4. A ideia do **Projeto MOVA-Brasil** nasceu em 2001, no Fórum Social Mundial e foi concretizada, em 2003, com a parceria entre o Instituto Paulo Freire, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Petrobras, como parte do Programa Petrobras Fome Zero do governo federal. O projeto centrou suas atividades em uma das regiões de maior índice de analfabetismo, o Nordeste. Ela atingiu a meta inicial de alfabetizar, em três anos e meio, 40 mil educandos, no período de 2003 a 2006, e realizar a formação de 160 coordenadores locais e 1.600 monitores, contribuindo para o desenvolvimento comunitário, o emprego, a renda e a autoestima dos alfabetizandos. Ver o livro *MOVA, por um Brasil Alfabetizado* (Gadotti, 2008). O projeto MOVA-Brasil faz parte de um conjunto de projetos e movimentos que utilizam a mesma metodologia, chamado Rede MOVA-Brasil.

EcoSol)⁵ para implementar uma das ações do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) referente à qualificação social e profissional em economia solidária, em 21 estados brasileiros, beneficiando cerca de 5 mil trabalhadores, inseridos nos segmentos econômicos de metalurgia, artesanato, fruticultura, apicultura e na cadeia produtiva do algodão ecológico. O IPF como instituição conveniada, conta com a parceria de cinco organizações que atuam no apoio, assessoria e formação de empreendimentos solidários:

- » a **Unisol Brasil** – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários;
- » a **Anteag** – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão;
- » o **Grupo Colmeias** de Projetos, Assessorias e Serviços;
- » a **Emrede** – Associação dos Empreendimentos Solidários em Rede do Rio Grande do Sul; e
- » o **Irpa** – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada.

A educação e a qualificação social e profissional são importantes para o fortalecimento dos empreendimentos solidários e para evitar a dispersão num campo onde a diversidade é enorme.

Em outubro de 2005, a Senaes realizou uma

oficina nacional sobre o tema da **formação em economia solidária**, discutindo várias experiências de formação. Essa formação é considerada um direito de todos os trabalhadores em empreendimentos solidários. Dela resultou um importante documento (Senaes/MTE, 2006) em que são apresentados princípios e diretrizes do processo formativo em economia solidária, bem como que tipos de conteúdo devem ser trabalhados e com que procedimentos metodológicos. Um dos grandes *princípios norteadores* é o resgate e a sistematização das práticas como processo coletivo de produção de conhecimentos. Entre os *conteúdos* a serem trabalhados está a história e as perspectivas do trabalho emancipatório e sua constituição, o marco jurídico, a participação cidadã, as relações intersubjetivas, o processo de incubação e a autogestão. Eu acrescentaria o tema da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável (*Agenda 21* e *Carta da Terra*).

Como *elementos metodológicos* são apontados diferentes métodos e técnicas embasados numa compreensão autogestionária da concepção ensino-aprendizagem. A **metodologia autogestionária**

é a participação radical de todos os envolvidos nos processos decisórios de planejamento, execução e avaliação das atividades de economia solidária (...). A metodologia deve garantir a integração entre a produção coletiva do conhecimento e as mudanças de condutas desejadas (produção, classe, tecnologia, gênero, raça, etnia, geração e consumo) como

5. Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária (PlanSeQ-EcoSol).

ferramenta de superação da fragmentação da sociedade capitalista, se apropriando de todo o processo socioproductivo. (Senaes/MTE, 2006, p. 22-23)

Por fim, o documento apresenta alguns elementos para uma política pública de formação em economia solidária.

O movimento por uma outra economia não está separado de um conjunto de movimentos sociais e populares que, em diversos campos, têm lutado por um outro mundo possível e reinventado modos de vida sustentáveis, produtivos e justos. É nesse contexto mais amplo que aparecem também novos métodos, traduzidos por novas expressões, tais como a de “tecnologia social”, que tem tudo a ver com a economia social ou solidária. **Tecnologia social** é um conceito amplo e pode compreender tanto produtos como técnicas com metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e que representem propostas efetivas de transformação social. Ela pressupõe a participação dos sujeitos beneficiados pelo projeto ou produto desde a sua organização e implementação até a sua avaliação final. As tecnologias sociais buscam o desenvolvimento autônomo das comunidades em suas diferentes demandas: alimentação, habitação, renda, educação, energia, saúde, meio ambiente... fazendo dialogar o saber técnico-científico com o saber popular. Como todo conceito, está em evolução, modificando-se e sendo reinventando nas práticas concretas.

A metodologia da formação em economia solidária está se beneficiando desses novos processos e de outros antigos, como o desenvolvimento das metodologias de **educação popular**, muito férteis, na América Latina, nos últimos cinquenta anos. Nesse sentido, fiquei feliz quando recebi do Centro de Elaboraões, Assessoria e Desenvolvimento de Projetos (Cesap) de Florianópolis (SC) seu belo material sobre metodologia de formação e de organização comunitária (Cesap, 2007). O Cesap desenvolveu **princípios metodológicos** visando à formação e organização de base junto a grupos comunitários. Trata-se de uma metodologia participativa e autogestionária que parte da problematização das necessidades das populações beneficiadas. Eis alguns desses princípios metodológicos:

- » a transparência e a sinceridade nas relações com os grupos;
- » o estímulo à autonomia e o respeito às decisões do grupo;
- » a formação e a capacitação enquanto processo permanente;
- » a superação da cultura de reuniões;
- » o acompanhamento permanente;
- » o exercício da democracia interna e direta; e
- » o amadurecimento com a superação de situações de conflito.

Toda metodologia transformadora tem um componente básico que é a sistematização da experiência. Nisso o

Cesap foi exemplar, ao sistematizar a sua própria metodologia no livro *Qualificação, organização comunitária e geração de cidadania*, publicado em 2007.

E não podemos falar de formação socioprofissional em economia solidária sem mencionar a importante contribuição da **pedagogia da alternância**⁶. Ela vem contribuindo para o progresso da própria economia solidária e para um modelo de desenvolvimento alternativo, associando estudo e trabalho, espaços educativos presenciais e não presenciais, formais e informais, reflexão sobre a prática e sistematização da experiência.

A pedagogia da alternância, em relação à formação socioprofissional, ressalta o papel da descentralização, da participação (construir juntos conteúdos e metodologia) e da concertação (consenso), princípios muito caros à economia solidária. A pedagogia da alternância respeita e favorece a autonomia dos educandos, reconhece seus saberes, e, com isso, compreende melhor o que eles sabem e o que podem vir a aprender.

6. A **pedagogia da alternância** nasceu nos anos trinta do século passado, na **França**, consistindo, basicamente, numa *metodologia* de organização do ensino escolar que atendia à especificidade do campo, valorizando as experiências dos alunos e conciliando estudo e trabalho. No **Brasil**, ela aparece pela primeira vez na década de sessenta, particularmente nas Escolas Famílias Agrícolas do estado do Espírito Santo, espalhando-se, depois, pelo país.

Na pedagogia da alternância a qualificação socio-profissional é entendida também como estratégia de enfrentamento do desemprego e da exclusão social. A sistematização está sempre associada à avaliação da eficácia do sistema e da concepção da formação em relação a seus fins e objetivos (carga horária, conteúdos, metodologia, pedagogia). A importância da alternância foi reconhecida pelos participantes dos nossos cursos de qualificação social e profissional em economia solidária: segundo uma das organizações parceiras, ela

permite a realização da sistematização das ideias e processos de compreensão. Não basta fazer, pensar, idealizar o que chega para ser estudado. É preciso que o sujeito consiga construir a sua ordem compreensiva e articule essa ordem nas atividades que vai realizar. Ao realizar esse processo de sistematização ela individualmente vai gerando sua sistematização, vai construindo seu saber. É como vivenciamos em rede, essa assimilação é dinamizada, pois os sujeitos entram em comunhão, como dizia o mestre Paulo Freire. Em rede, o novo conteúdo vai sendo instalado em todos os participantes, bem como a metodologia da alternância vai sendo afirmada como maneira pedagógica válida aos processos educativos, e sua repetição e aprimoramento certamente levará à instalação de uma cultura pedagógica da alternância. (Brasil/MTE/IPF, 2008, p. 70)⁷

7. Seminário nacional de sistematização do *Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária 2006* (PlanSeQ-EcoSol), organizado pelo Instituto Paulo Freire,

Como vemos, em economia solidária a **sistematização** da prática e do próprio processo de formação é de suma importância. A sistematização das práticas de economia solidária é estratégica para o seu próprio desenvolvimento. Ela evita a retomada da estaca zero a cada novo empreendimento. Para ser eficaz, a sistematização, para ser eficiente, deverá não só acompanhar o processo como parte da sua avaliação, mas, ainda, apontar perspectivas e desdobramentos. A sistematização é um momento do próprio processo de formação e de construção do conhecimento e deve ser incluída no seu planejamento metodológico. Ela não se confunde com o mero registro da experiência. Como diz Barquin (1999, p. 19) “a sistematização é um processo intencionado e planejado de criação participativa de conhecimentos teóricos e práticos das práticas de transformação emancipadora da realidade, para que elas possam melhor contribuir para alcançar seus fins e objetivos”.

O movimento de educação popular na América Latina tem uma longa tradição de sistematização de experiências. Não se trata apenas de ordenar, catalogar ou classificar informações. A sistematização exige apreensão crítica da realidade e interpretação do vivido. Ela envolve “as condições do contexto, os tipos de atores, a situação econômica, política e cultural do momento,

a atitude das pessoas, as relações de poder (...). Não é só um registro do que fazem, mas a compreensão de porque o fazem desse jeito” (Jara, 2007, p. 37).

O *Plano Setorial de qualificação social e profissional* em economia solidária (PlanSeQ-EcoSol, 2006) indicou alguns “elementos metodológicos para a qualificação em economia solidária” a partir de uma “concepção integral de educação”. O **enfoque metodológico**, a partir dessa concepção da educação, deve contemplar:

- » uma orientação pedagógico-metodológica que valorize os educandos como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como reconheça e valorize a diversidade cultural, étnica, social, regional e de gênero;
- » um projeto pedagógico que tenha como eixos gerais articuladores os temas do trabalho e da cidadania, para propiciar aos educandos uma articulação virtuosa entre sua inserção no mundo do trabalho e sua participação social e política;
- » uma construção curricular que envolva as dimensões técnico-científica, sociopolítica, metodológica e ético-cultural;
- » um projeto de sistematização das atividades formativas; e
- » uma metodologia de indicadores dos resultados quantitativos e qualitativos.

em Brasília, nos dias 1 a 5 de setembro de 2008.

A qualificação do trabalhador aprimora a sua formação geral e pode desenvolver, se for oferecida a partir de uma visão emancipadora, uma cultura de solidariedade, de paz e de sustentabilidade. A qualificação profissional vai além da atualização dos conhecimentos técnico-tecnológicos e gerenciais. O mundo do trabalho hoje está exigindo cada vez mais uma formação geral dos trabalhadores. Por isso, toda **qualificação profissional** deve também ser uma **qualificação social**. Numa visão conservadora, a qualificação profissional foi confundida com “treinamento”. Para superar essa visão, a qualificação deve incluir tanto **habilidades básicas** – como conhecimentos essenciais para o exercício da **cidadania** e do **trabalho**, comunicação, leitura e escrita, compreensão de textos, segurança no trabalho, direitos humanos – quanto **habilidades específicas**, exigidas para as ocupações a serem trabalhadas, inclusive habilidades de gestão (autogestão) para o bom desempenho do empreendimento⁸.

A noção de “qualificação” está ligada ao perfil de um profissional mais especializado, ao passo que a noção de “competência”, oriunda dos países centrais,

8. O **Plano Nacional de Qualificação** define a qualificação como “uma complexa construção social, associada a uma visão educativa que a tome como direito de cidadania, para contribuir para a democratização das relações de trabalho e para imprimir um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento”.

tem sido usada para definir o perfil de um profissional mais polivalente e mais adaptado a diferentes profissões. A noção de “conhecimentos”, “habilidades” e de “saberes” é ainda mais abrangente e vai além do campo comumente chamado de “formação profissional”. Paulo Freire (1997), referindo-se à formação profissional do educador, preferia utilizar o termo “saberes” e não “competências”.

Reconhecemos que o tema das competências é controverso, que existem visões propositadamente distorcidas e caricaturais e que ele precisa ser compreendido para além dos sectarismos. A noção de competência não é nova. Nova é a discussão em torno de uma certa “pedagogia das competências”, uma nova concepção da competência que coloca essa noção no centro do quefazer pedagógico, excluindo outras. Essa discussão, contudo, tem o mérito de confrontar uma pedagogia elitista, sempre preocupada com o saber intelectual e pouco preocupada com o saber prático, o saber “de experiência feito”, como dizia Paulo Freire. O debate das competências tem sido positivo quando aborda a questão do trabalho e, particularmente, a inteligência prática dos trabalhadores, independentemente de seus diplomas, dimensão frequentemente ignorada pelas academias.

Em princípio, não podemos falar numa oposição formal entre **competência** e **cooperação**. Mas, encontramos essa oposição, com muita frequência e com

razão, na medida em que existem concepções diferentes e até antagônicas do conceito de competência. Sem dúvida, o modelo mais difundido de competências está associado a um paradigma instrumental, individualista e não colaborativo de educação, incompatível com os princípios da economia solidária.

Tudo depende, portanto, da resposta que damos à questão: quais são as competências necessárias para bem viver em sociedade, na cidadania, no trabalho. As empresas têm trabalhado mais com as competências necessárias para que um indivíduo triunfe na vida, para que seja mais competitivo na “sociedade de mercado”. São as competências necessárias para competir. Tudo depende de que tipo de competências estamos falando: selecionando apenas aquelas que são mais úteis para competir ou as mais apropriadas para colaborar?

A formação continuada e a autoformação são também a consequência do avanço das tecnologias, do acesso generalizado à informação e da necessidade de “aprender fazendo” (John Dewey) que um mundo em constante mudança está exigindo. Os centros de formação e as universidades não conseguem acompanhar a velocidade transformadora do mundo do trabalho e da produção. Existem no mercado mais de 12 mil profissões que não são certificadas pelas universidades.

Em geral, as universidades estão estreitamente ligadas à economia capitalista, mas algumas delas

estão saindo na frente hoje na incorporação da economia solidária. A universidade precisa ser protagonista nesse campo. Nesse sentido, a criação do Núcleo de Economia Solidária (Nesol), na Universidade de São Paulo, em dezembro de 2002, com o objetivo de apoiar atividades de incubação de empreendimentos populares autogestionários e o desenvolvimento de metodologias formativas aplicadas ao processo de desenvolvimento da economia solidária, é um fato muito auspicioso, ao lado de iniciativas semelhantes de outras universidades. As incubadoras têm sido o principal espaço desse apoio.

O **centros públicos** e as **incubadoras** de economia solidária são programas de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários, bem como de viabilização de suas estratégias de organização e associação, objetivando promover, fortalecer, expandir e consolidar estratégias de geração de trabalho e renda e o desenvolvimento local com base no princípio da solidariedade. Hoje existem, no Brasil, mais de oitenta **incubadoras universitárias** comprometidas com a consolidação e a integração das cooperativas populares e outros empreendimentos solidários, desenvolvendo e disseminando conhecimentos e tecnologias.

A Rede **Unitrabalho**, criada em 1996, interligando cerca de noventa universidades, assiste hoje empreendimentos de economia solidária em 36 universidades. Da mesma forma, vejo como muito positiva

a inclusão da matéria “empreendedorismo”, oferecida em diferentes cursos de graduação da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Com isso, quer-se mudar um pouco a mentalidade de que se vai para a universidade para “arrumar um bom emprego”. O objetivo é possibilitar a formação de agentes transformadores, com iniciativa, empreendedores. Como universidade pública espera-se que a Unesp também forme empreendedores para a economia solidária e não só para o mercado capitalista. O envolvimento das universidades tem sido importante no apoio à economia solidária tanto pela sua capacidade de pesquisa quanto pela elaboração teórica e formação de técnicos.

A **formação socioprofissional** implica tanto uma *formação específica*, que diz respeito a cada empreendimento solidário, quanto uma *formação geral*, que diz respeito à necessidade de entender o empreendimento solidário num certo contexto, numa perspectiva de cooperação comunitária. Os projetos de economia solidária precisam de formação nos locais de trabalho para atender às necessidades das redes e cadeias produtivas e para construir novas tecnologias, com vistas a se tornarem, realmente, uma alternativa econômica, ecológica e justa.

Muitos desses cursos de formação socioprofissional tratam das questões do cooperativismo e da autogestão, mas também da comercialização e da gestão. Eles são muito procurados e os **resultados** são

imediatamente sentidos. Eles contribuem para com o desenvolvimento local e também para com a elevação da escolaridade dos trabalhadores, com o fortalecimento das redes, com a criação de novas parcerias, de novos empreendimentos, ampliando o capital cultural dos participantes e as possibilidades de uma vida melhor.

Em relação à formação, a *IV Plenária Nacional de Economia Solidária* (FBES, 2008, p. 27-28) aprovou algumas **orientações**⁹. Segundo os participantes, ela deve ser contextualizada, emancipatória e engajada, e levar em conta as diversidades de gênero, etnia, raça e geração e a promoção dos direitos humanos. Ela deve basear-se na concepção da *educação popular* como processo de construção de conhecimento. Os *processos formativos* devem contemplar, valorizar e promover o uso dos recursos da cultura e saberes populares locais e incluir também a sistematização das experiências. As

9. A **IV Plenária Nacional de Economia Solidária** foi realizada nos dias 26 a 30 de março de 2008, em Luziânia (Goiás), com a participação de 288 representantes das plenárias estaduais além de 32 observadores, após um intenso processo de discussão e organização de encontros regionais iniciado em 2006. Além dessas orientações gerais, ela tirou como bandeiras prioritárias a inclusão da economia solidária no ensino formal, a articulação e o fomento da *Rede de Formadores em Economia Solidária*, indicando a necessidade do estabelecimento de um *Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária*.

metodologias desenvolvidas devem propiciar vivências que dialoguem com a realidade e linguagens dos grupos produtivos, educando para o compartilhamento do trabalho e do cuidado com as pessoas. As *práticas formativas* devem estar articuladas em nível local, regional, territorial e nacional, levando em consideração os problemas e as necessidades das pessoas e dos grupos. A *formação técnica* deve promover a autonomia e a emancipação com vistas à superação do trabalho alienado e a divisão sexual do trabalho.

4



REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária não pode ser vista como um conjunto de práticas econômicas periféricas e informais no interior de uma economia capitalista. Ela pressupõe uma “nova forma de relacionamento, organização, metodologia de trabalho, formas de troca que busquem, antes de tudo, resgatar a dimensão humana nas relações econômicas e sociais” (Verardo, 2005, p. 124). Nesse sentido, a economia solidária tem muitas possibilidades de crescer e de tornar-se uma força transformadora real de nossa sociedade. Novos mercados estão se formando. Com a automação crescente, por exemplo, o grande “mercado” do futuro será a cultura, a comunicação, a informação e as relações sociais e humanas, um campo muito promissor para

a economia solidária.

O **contato humano**, os afetos, os vínculos, a solidão, exigirão da sociedade a expansão ainda maior do uso das novas tecnologias, do trabalho e da produção em torno desses temas. Isso é particularmente visível hoje na expansão dos celulares que possibilitam a comunicação em tempo real, mostram o quanto a necessidade de contato humano está impulsionando o surgimento de novas tecnologias e muito trabalho está envolvido nele. O ser humano precisa comunicar-se constantemente com o outro, necessita do outro, da solidariedade do outro. Como ser incompleto, inconcluso e inacabado (Paulo Freire), o ser humano tem necessidade da alteridade para sua completude.

Hoje os meios de comunicação estão marcados pelo espírito mercantilista da emissão de comunicados: existem muitos meios de comunicação que não possibilitam realmente a comunicação, mas a pura propaganda. É contra essa mercantilização da vida que as **redes de economia solidária** podem responder positivamente e serem amplamente aceitas como bens de uso pelas pessoas. Esse é um mercado (solidário) que pode ter enorme expansão.

Marcos Arruda, um estudioso e militante desta alternativa, aponta várias estratégias e **conceitos** que hoje orientam as redes de economia solidária¹:

- » o conceito de *mercado solidário*, como outra maneira de ver a relação de trocas;
- » a ideia do *modo solidário de formação de preços*, através da transparência de custos;
- » a ideia da *eficiência sistemática*, e não só a eficiência de cada empreendimento, porque na economia solidária interessa tanto o comportamento de cada empresa, como a do sistema inteiro, em relação às necessidades e aspirações de toda a sociedade;
- » a vantagem do modelo cooperativo em lugar do competitivo, tanto individual, quanto sistêmico; é a ideia das *empresas como comunidades*, com finanças não mais concentradas e sim nas mãos dos que geram as riquezas;
- » a *integração solidária* e fraterna entre os povos;
- » uma nova *governabilidade global*, dentro do paradigma da partilha, da reciprocidade e os valores da complementaridade, da ajuda mútua e da colaboração solidária, como fundamentos de uma globalização diferente, uma globalização da

de Socioeconomia e a Rede de Economia Solidária do Fórum Social Mundial. Um exemplo importante de **rede** é a Via Campesina. É uma rede internacional de movimentos camponeses que congrega, segundo seus dirigentes, mais de cem milhões de trabalhadores rurais de todo o mundo. Dela participam: o MST, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), entre outros.

1. Entre outras redes, podemos mencionar a Rede Brasileira

solidariedade, da cooperação e da amorosidade entre todos. (Arruda, 2003, p. 31)²

Marcos Arruda aponta a importância do *software livre* como prática da economia solidária. Isso também é reconhecido por Paul Singer quando sustenta que a economia solidária “não está fadada a permanecer sempre marginal. Seu progresso a leva a penetrar em novas áreas: a produção cultural popular, mas também refinada, a informática (pelo *software* livre e pelas plataformas *wiki* de colaboração ilimitada), a investigação científica (os trabalhos publicados de autoria coletiva sobrepujando os de autoria individual), a tecnologia avançada etc.” (Singer, 2008, p. 31).

Essa visão da economia solidária é compartilhada por outros importantes defensores dessa outra economia, como o deputado federal Eudes Xavier. Segundo o deputado, o *software* livre tem “os mesmos princípios

da Economia Solidária, ou seja, a democratização e socialização do conhecimento e do saber voltado para todos(as) e não apenas para quem detém o capital” (Xavier, 2008, p. 25).

Segundo Jean-Louis Laville, Jean Paul Marechal e Bernard Eme (2001), os empreendimentos solidários orientam-se pelos **princípios** do comércio equitativo e da incorporação de regras de proteção dos produtores, dos consumidores e do meio ambiente; pela preocupação com a troca recíproca de saberes e de sistemas, evitando o risco do crescimento invasivo e pela preocupação com o desenvolvimento associativo.

A economia solidária trouxe uma nova concepção de **usuário**, entendido não como mero consumidor, mas como parte do mesmo projeto de transformação do mundo e do modo de produção e de reprodução da existência. Os usuários não são puros clientes. São membros associados a uma causa. A livre adesão é um princípio do cooperativismo. É assim que concebemos a chamada “fidelização”, não só ao produto, mas também à causa. Uma nova relação entre oferta e demanda. É uma ruptura radical com a concepção capitalista de consumidor ou cliente.

Mais do que um retorno ao passado e à economia doméstica, a economia solidária está voltada para o **mercado do futuro**, para o mercado planetário e profissional, apoiada numa concepção de estado social. A economia solidária precisa consolidar-se como uma

2. Este texto de Marcos Arruda está contido nos *Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães – Economia Solidária*, editados em Salvador (BA), em 2003. Neles estão transcritas as conferências dos especialistas que participaram do *Seminário Internacional sobre Economia Solidária*, entre eles: Ana Miyares, Caio Greve, Cheikh Guèye, Dione Manetti, Euclides Mance, Gonçalo Guimarães, Jean-Louis Laville, Joaquim Melo, José Antonio Gediell, José Luís Coraggio e Marcos Arruda. Em sua contribuição, Euclides Mance (p. 73-74) aponta como **práticas da economia solidária**: a autogestão, o comércio solidário, o microcrédito, os clubes de troca, o consumo crítico e o *software livre*.

alternativa economicamente viável e mais avançada à economia capitalista insolidária.

Se, de um lado, a **diversidade**³ e a **pluralidade**⁴ dos empreendimentos solidários se constitui numa grande riqueza, por outro lado, ela dificulta muito uma visão de conjunto e a sua necessária regulação. A relação público-privado, na economia solidária, apesar de ter crescido tanto, está longe de ter regras claras. A economia de hoje está regulada para servir aos interesses capitalistas. Como diz John Holloway (2003), o estado é hoje uma “forma do capital” e não tem

3. O **movimento de economia solidária** é recente, mas já compreende uma enorme diversidade de práticas, entre elas: de produção, de distribuição, de comercialização, de consumo, poupança e crédito. São atividades organizadas na forma de cooperativas, federações, associações, empresas autogestionárias, organizações comunitárias, redes de cooperação, entre outras.

4. A economia solidária é plural. Paul Singer chega a dizer que “a economia solidária é tão desigual quanto o Brasil, tem economia solidária pobre e miserável, e tem também a rica. O que quer dizer rica? São principalmente as empresas recuperadas. Elas já nascem com capital, mesmo que muitas vezes pequeno, insuficiente e dilapidado (...). A economia solidária pobre e carente tem grandes dificuldades de se consolidar e se viabilizar economicamente” (Singer, 2006, p. 20). Na verdade, do ponto de vista ideológico existe uma única economia solidária. Mas, concordo com Singer: existe uma economia solidária mais estruturada e outra mais frágil. Diante disto alguns falam na existência de “economias solidárias”, o que pode levar à fragmentação.

nenhum interesse em mudar essa regulação.

O **marco legal** da economia solidária é ainda muito precário. Só o crescimento, a organização e a estruturação da economia solidária, ao tornar-se uma força social abrangente, poderá forçar o estado a reconhecer-la e a “protegê-la” juridicamente. Como diz Marx no prefácio do seu livro *Introdução à crítica da economia política*, o direito está sempre atrasado em relação ao movimento social: as mudanças ocorrem primeiro na infraestrutura da sociedade para se refletir, depois, na superestrutura do estado.

A economia solidária, em termos mundiais, é ainda hoje, em muitos casos, uma “economia social”, “alternativa”, restrita a um “terceiro setor”, “sem fins econômicos” etc. Daí a necessidade urgente de um trabalho de construção de redes globais de economia solidária. No **Brasil**, esse quadro está mudando rapidamente. Aqui, o movimento de economia solidária já é uma realidade, com fóruns estaduais, municipais e o Fórum Brasileiro que se reúne regularmente.

O conceito de **cooperativismo popular** tem uma longa tradição no Brasil, bem antes do surgimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Coppe/Unitrabalho), criou, em 1995, a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP).

O governo Lula tem dado uma grande contribuição à economia solidária, criando a Senaes e o

Conselho Nacional de Economia Solidária. Contudo, não se trata apenas de criar uma secretaria de economia solidária. Isso não é, certamente, suficiente. Seria preciso o governo adotar a lógica da economia solidária em todas as ações de governo⁵. Os governos têm-se submetido à lógica da economia capitalista e em função dela têm estabelecido suas prioridades e metas no campo econômico. O estado é uma arena na qual a empresa privada, em geral, vence todas as batalhas. Os empreendimentos solidários, resguardando seus princípios e métodos (autogestão), precisam disputar, com competência, seu espaço no interior do poder público.

A esquerda sempre combateu a lógica da empresa porque a única lógica que a esquerda conhecia era a lógica da empresa capitalista. O que é bom para

5. Uma iniciativa importante nesse sentido foi a criação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Proninc) que tem a participação de um conjunto de ministérios (Educação, Saúde, Trabalho, Justiça, Cultura, Turismo, Pesca, Desenvolvimento Social) e outras instituições, inclusive paraestatais como a Fundação Banco do Brasil, que desenvolvem ações no campo da economia solidária. É importante salientar ainda que municípios e estados da Federação brasileira também criaram e criam políticas públicas de economia solidária, como foi o caso dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, dentre outros, assim como diversos municípios como Londrina (PR), Santa Maria (RS), Recife (PE), Montes Claros (MG), também entre outros, para ficar em alguns casos.

a empresa pode ser bom para outras instituições e governos, desde que o fim não seja o lucro, a exploração econômica e a dominação política, que são os princípios do capitalismo. Precisamos introduzir nas políticas governamentais os princípios da eficácia e da governabilidade da empresa solidária e da democracia participativa, valorizando, apoiando e promovendo os empreendimentos de economia solidária.

Uma das grandes batalhas, portanto, da economia solidária, dar-se-á no interior do **estado**. Para que a economia solidária tenha uma chance nessa luta, ela precisa entrar na disputa pela democratização radical do estado, hoje subordinado aos interesses capitalistas, até a eliminação desses interesses, substituídos pelos interesses dos cidadãos. Como sustenta Daniel Jover (2006, p. 120), a “economia social”, ao contrário da economia baseada no capital privado, baseia-se nos princípios da democracia, da participação e da solidariedade e “dispõe de regras estatutárias que asseguram a primazia dos valores cívicos e sociais sobre os valores monetários. Prevaecem as pessoas e a cobertura de suas necessidades. Não só das trabalhadoras, mas também das consumidoras e usuárias dos serviços”.

Em 2004, foi criado pelo presidente Lula o *Conselho Nacional de Economia Solidária* para definir as diretrizes das políticas públicas de economia solidária, com a participação de dois terços de mem-

bros da sociedade civil⁶. Feiras e redes de produção, comercialização e consumo estão se multiplicando. Um marco legal está em construção, mesmo com a carência de políticas públicas de fomento.

6. Trata-se de um órgão consultivo e deliberativo de interlocação permanente entre a Senaes e os setores da sociedade civil e do governo federal que atuam em prol da economia solidária. Ele é composto por 56 entidades de três segmentos: governo, empreendimentos de economia solidária e entidades não-governamentais de fomento e assessoria à economia solidária. O decreto presidencial que criou esse conselho lhe atribui as seguintes funções: 1ª – estimular a participação da sociedade civil e do governo no âmbito da economia solidária; 2ª – propor diretrizes e prioridades para a política de economia solidária; 3ª – propor o aperfeiçoamento da legislação, com vistas ao fortalecimento da economia solidária; 4ª – avaliar o cumprimento dos programas da Senaes e sugerir medidas para aperfeiçoar o seu desempenho; 5ª – examinar criticamente propostas de políticas públicas que lhe forem submetidas pelo secretário nacional de Economia Solidária e apresentar emendas ou substitutivos a elas para a consideração da Secretaria; 6ª – apresentar, por iniciativa de seus membros, propostas de políticas ou de atividades a serem submetidas à consideração da Senaes; 7ª – aprovar o seu regimento interno e alterações posteriores; 8ª – coordenar as atividades de entidades nele representadas com as da Senaes; 9ª – propor novas parcerias entre entidades nele representadas e a Senaes; 10ª – colaborar com os demais conselhos envolvidos com as políticas de desenvolvimento, combate ao desemprego e à pobreza.

O FSM tem dado uma grande força à economia solidária⁷. Em julho de 2003, a II Plenária Nacional da Economia Solidária, após debates em dezoito estados, aprovou a **Carta de Princípios** da economia solidária, associando-a ao desenvolvimento sustentável e defendendo um sistema de finanças solidárias, o desenvolvimento de cadeias produtivas solidárias e a construção de uma política de economia solidária num estado democrático. Um ano depois, após vários debates em diversos encontros, o FBES, em agosto de 2004, aprovou a **Plataforma da economia solidária**, defendendo a criação de um fundo nacional para o fortalecimento, o apoio dos empreendimentos de economia solidária, a necessidade de um marco legal e o ensino, em todos os níveis, dos princípios e valores da economia solidária. Essa Plataforma sustenta que “deve ser feito um esforço para inserir essas práticas e valores da economia solidária nos currículos e projetos pedagógicos, de forma transversal e interdisciplinar, nos vários níveis de ensino (fundamental, médio e

7. A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) publicou, em 2003, um livro mostrando a contribuição do FSM no debate da economia solidária, com o título *Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária* (Fase, 2003). O FSM se constituiu num espaço privilegiado “para a renovação do espírito cooperativo” (Fase, 2003, p. 16). O FSM contribuiu muito para a criação do FBES.

superior), com crianças, jovens e adultos”.

Mas existem ainda outros obstáculos a vencer. Segundo Laville, Eme e Marechal (2001), é preciso superar alguns **preconceitos**. A economia solidária é, ainda, entendida, muitas vezes, apenas como “um setor à parte”, dependente do estado, subordinado e residual, da economia global e não como uma alternativa global. Ela é considerada, muitas vezes, como uma economia caritativa, uma economia filantrópica destinada apenas aos “excluídos”. Nesse sentido, a economia solidária “estaria condenada a se dissolver na economia privada ou pública”, conclui Laville. Interessa à economia capitalista difundir esses clichês da economia solidária para desqualificá-la como alternativa economicamente viável.

Uma outra economia já está acontecendo em **múltiplas manifestações**: cooperativas de produção, de trabalho, de consumo solidários, de serviços, organizações de crédito solidário, bancos comunitários⁸, fundos solidários⁹, redes de produtores e de consumidores,

8. Um **banco comunitário** “é um serviço financeiro solidário em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para a reorganização das economias locais, na perspectiva de geração de trabalho e renda de acordo com os princípios da economia solidária” (FBES/Chantier, 2008, p. 33).

9. Os **fundos solidários** “são um instrumento de finanças solidárias que tem por objetivo fortalecer organizações produtivas e comunidades. Com isso rompe-se com práticas

clubes de troca solidária, empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão, iniciativas de comércio justo, cooperativas habitacionais, agroindústrias familiares etc. Todas elas objetivam combater a exclusão social, a desigualdade, contribuir para com o progresso individual e social, a melhoria da qualidade de vida e de trabalho, a ampliação das oportunidades de trabalho etc. Essas manifestações nos levam à conclusão de que a economia solidária está deixando de ser compreendida “como residual, subordinada, como política compensatória dos impactos da crise do capitalismo e seja vista como uma estratégia emancipatória” (Xavier, 2008, p. 35).

A economia solidária não é uma compensação em relação ao modelo dominante da economia capitalista. Ao contrário, é uma alternativa a esse modelo. A economia solidária faz parte deste movimento, entre outros, de um processo mais amplo de **reestruturação produtiva** com base em princípios e valores opostos ao modelo capitalista, com implicações profundas tanto no modelo da produção quanto no modelo de acumulação e na **organização do trabalho**.

A crise do modelo capitalista provocou grande

assistencialistas e se constroem soluções locais e comunitárias para a superação dos limites impostos pelo processo de exclusão do sistema oficial de crédito pautado pela hegemonia do lucro” (FBES/Chantier, 2008, p. 36).

fragmentação e complexificação das classes trabalhadoras, surgindo a necessidade de novas articulações e redes. O **trabalho em rede** surge como necessidade de fortalecimento do trabalhador, já que está enfrentando grande heterogeneidade, contra a organização hierárquica e centralizada, típica das estruturas capitalistas.

A economia solidária precisa alcançar **escala e qualidade** para competir com a economia capitalista. Ela precisa de estruturas novas com capacidade econômica para enfrentar o capitalismo. A economia solidária é não só uma nova economia, mas é o embrião de uma nova sociedade: ela está em disputa por um novo projeto de sociedade. É, justamente, na rede que ela encontra esse espaço, essa fortaleza, um ambiente propício para o seu desenvolvimento. Um empreendimento solidário isolado não conseguirá sobreviver no ambiente capitalista. Ele precisa estar em rede. É uma demanda de todos os empreendimentos solidários.

5



PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

O conceito de sociedade civil é polissêmico. Ele foi criado pelos iluministas que o contrapunham à noção de estado. Foi retomado por Hegel, Marx, Alexis de Toqueville, entre outros. Gramsci e Habermas o empregaram largamente em suas teorias. Gramsci distingue “sociedade política” – constituída pelo aparato legal e institucional do estado – e a “sociedade civil”, constituída pela esfera privada não-estatal que inclui associações religiosas, esportivas, educativas, meios de comunicação etc. Ele descreve a sociedade civil como uma esfera pública não estatal, denunciando o fascismo, que controlava a sociedade civil para manter a sua hegemonia. Jürgen Habermas (1984) também fala de uma “esfera pública cidadã”, de um “mundo da vida”,

espaço existente entre o estado (sociedade política) e o mercado (sociedade econômica).

Muitas coisas podem caber no conceito de sociedade civil. Nele pode-se incluir as organizações populares e movimentos sociais, as organizações profissionais, as organizações religiosas, e, inclusive, o mundo acadêmico. Como uma arena em luta, como uma esfera separada dos interesses do estado e do mercado, em muitos casos, a sociedade civil serviu de abrigo, principalmente na América Latina, para a resistência contra regimes autoritários. No seio destas lutas, a sociedade civil surgiu e se fortaleceu como esfera pública não-estatal, orientada “para a representação de interesses de coletivos e minorias sociais, para a transparência e a participação nas decisões (em sentido democrático), para uma cultura popular e para o conhecimento construído fora dos grupos de poder econômico e político tradicionais e ainda para que o estado respeite a vontade majoritária” (Argentina, 2007, p. 71).

No seio da sociedade civil destaca-se, hoje, o papel das organizações não-governamentais (ONGs) que vêm protagonizando grandes debates. Elas passaram a ocupar, no Brasil, um espaço específico, a partir dos anos sessenta, prestando assessoria aos movimentos sociais de resistência ao regime militar. Em alguns casos elas foram essenciais na intermediação entre o estado autoritário e grupos sociais perseguidos pela

ditadura, crescendo como atores e sujeitos políticos voltados para a defesa da democracia na perspectiva dos direitos sociais.

Mas foi a partir dos anos noventa que houve a grande explosão do número de ONGs, principalmente a partir do *Fórum Global* da Rio-92 e a crise dos partidos de esquerda. Militantes desses partidos, insatisfeitos ou decepcionados com a queda do comunismo no Leste Europeu, migraram para organizações da sociedade civil, mais flexíveis do que os partidos e, como defendiam causas vinculadas aos interesses dos cidadãos comuns e não a uma classe social, dividiram-se em miríades de “advocacy groups”, grupos de defensores de causas específicas (negros, quilombolas, indígenas, mulheres, jovens, deficientes...) em defesa do meio ambiente, dos direitos humanos etc. De lá para cá continuaram crescendo. É uma grande e auspiciosa novidade deste início de milênio. Trabalhando em rede, sem hierarquias, essas organizações, associadas a movimentos sociais, lutam pela inclusão social por meio de campanhas, fóruns, marchas etc., radicalizando a democracia, conquistando novos direitos.

A década de noventa assistiu a uma grande expansão do número de ONGs no Brasil. A Constituição Federal de 1988 assegurou a essas organizações um papel central no processo de consolidação da democracia, instituindo o exercício do poder popular “diretamente” (não somente por meio de representação). Ela

instituiu a democracia participativa, isto é, o direito da população participar, diretamente, no processo de decisão e controle do estado. Essa é a principal **fonte de legitimidade** da atuação das ONGs no Brasil, legitimidade reforçada pela sua atuação: “as ações que realizam correspondem aos interesses da população em oposição à lógica da exclusão social” (Soczek, 2007, p. 227).

Uma pesquisa realizada, em 2002, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), mostrou que o terceiro setor (instituições e organizações sem fins lucrativos), com 326 mil organizações, empregava 1,5 milhão de pessoas, metade delas com carteira assinada e mobilizando cerca de 350 mil voluntários. As instituições sem fins lucrativos no Brasil são responsáveis por 5% do Produto Interno Bruto (PIB), uma participação superior a de setores expressivos da economia brasileira e maior do que a de 22 estados brasileiros (só fica atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná). Segundo dados do IBGE (2005), em 2005 estavam registradas 338 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos. Esses números incluíam entidades de interesse público (195.591), entidades religiosas (83.775) e profissionais (58.796), mas existiam outras de 263.449 além dessas categorias, perfazendo um total geral de 601.611, a maioria delas trabalhando na

informalidade. Mesmo assim, elas empregavam, em 2005, 1,7 milhão de pessoas em todo o país. 35,2% delas atuavam na defesa dos direitos e interesses dos cidadãos.

Mas não podemos falar, contudo, nas ONGs como um bloco homogêneo. Como sustenta James Petras (2004), existem ONGs com uma postura “apolítica” e outras ONGs, financiadas pelo Banco Mundial (Bird) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que se apropriam da linguagem de esquerda, falam dos “excluídos”, dos “sem voz”, da “extrema pobreza”, da “discriminação racial ou de gênero”, mas “sem ir mais além dos sintomas, comprometendo-se assim com o sistema social que produz essas condições”. Essas ONGs, segundo James Petras, seriam instrumentalizadas pelo neoliberalismo.

As ONGs e os movimentos sociais são os atores mais destacados do **Fórum Social Mundial**, uma das mais belas iniciativas da sociedade civil mundial. Através do FSM, as ONGs passaram a pensar e atuar de forma mais articulada. O formato das edições anuais do FSM, como espaço livre e auto-organizado em rede, facilitou o encontro e a articulação de milhares de ONGs e movimentos. Esse empoderamento vem preocupando cada vez mais os setores mais conservadores da sociedade e a mídia a eles associada.

Até o aparecimento do FSM, muitas ONGs e movimentos (mulheres, negros, homossexuais,

quilombolas, indígenas, do campo, habitação, terra etc.) atuavam de forma mais isolada. Hoje elas estão atuando articuladamente, em redes solidárias, e defendendo **causas globais**. O FSM conseguiu criar uma identidade planetária para essas ONGs e movimentos. É verdade, ainda há muitas ONGs atuando localmente; são poucas as que realmente conseguem atuar globalmente, como o Greenpeace. Entretanto, em ambos os casos, as ONGs, por princípio, lutam por causas globais, planetárias, humanitárias, para além das fronteiras dos estados-nação.

Essas ONGs não podem confundir-se com entidades filantrópicas, assistenciais ou institutos e fundações empresariais, mais ligadas ao chamado “terceiro setor”. O chamado **terceiro setor** tem um perfil mais liberal, associado ao mundo da empresa. As empresas capitalistas consideram o estado como um espaço dominado pela burocracia e pela ineficiência. Elas pedem dele mais agilidade e cobram a diminuição de encargos e tributos. O terceiro setor acaba se transformando numa válvula de escape para a empresa ter menos custos e exercer suas funções a partir de outra ordem jurídica. O terceiro setor também é um conceito ambíguo, mesmo porque, juridicamente, ele ainda tem um marco legal mal definido. Muitas empresas se utilizam de suas fundações e institutos para exercerem a sua “responsabilidade social”¹.

Uma coisa é a responsabilidade social das empresas e outra coisa é a filantropia empresarial. A **filantropia empresarial** busca minimizar as críticas que se concentram sobre as empresas. É uma nova modalidade do capital para incrementar sua lucratividade. Como diz Pedro Demo (2002), “é algo que vem para encobrir a lógica perversa do mercado”, que reforça a nossa “pobreza política” e não produz cidadania, despolitiza a questão das desigualdades em busca de “paz social”, de “harmonia social”. A filantropia empresarial “troca o conceito de justiça pelo de caridade” (Beghin, 2005, p. 37). Ela se utiliza do **marketing social** “como estratégia de negócios que busca criar uma imagem positiva da empresa por intermédio da defesa de causas sociais, culturais ou ambientais” (Beghin, 2005, p. 30). O **marketing social** valoriza “o consumidor em detrimento do cidadão”.

Herbert de Souza, o Betinho, presidente do Ibase, lançou, em 1992, o movimento *Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida*, afirmando que

responsabilidade social se traduz no compromisso de uma instituição, organização, empresa ou governo, com a cidadania e a ética, na perspectiva da transformação social. No caso de uma empresa, a responsabilidade social se explicita nos princípios e valores que norteiam todos os seus atos e que podem ser tornados públicos por meio de um balanço social.

1. Numa visão emancipadora, podemos dizer que a

a sociedade tem de abandonar a postura passiva que vem mantendo com relação ao empresariado e atuar de forma positiva, propondo um programa econômico, uma função econômica, uma nova ética da economia. Pode mobilizar os empresários para que participem do conjunto das responsabilidades da sociedade, não aceitando que eles fiquem dentro de suas fábricas, sonhando com lucros e tramando golpes no mercado ou entre eles mesmo. Pode chamá-los para a praça pública. (Souza, 1994, p. 21)

A partir dessa visão de Betinho, o Ibase propôs a divulgação, pelas empresas, de seu “balanço social”. Mais tarde, o FSM inseriu essa temática na sua pauta, propondo a regulação social da economia, para que seja orientada pelo reconhecimento e garantia de direitos, contrapondo-se à economia neoliberal que busca o desmanche das políticas de direitos sociais.

O “movimento de responsabilidade social empresarial” ampliou-se e hoje o tema da **responsabilidade social empresarial** é amplamente discutido, impulsionado por organizações de empresários como a *Cives* e o *Instituto Ethos*, uma organização fundada em 1999 que tem por objetivo ajudar empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na “construção de uma sociedade sustentável e justa”. Padrões éticos de relacionamento com seus funcionários, com os clientes e comunidades, com o poder público, meio ambiente, são critérios para entrar na organização.

As ONGs vêm constituindo um campo próprio, mesmo que com tendências diversas, buscando distanciar-se do terceiro setor. A Abong – Associação Brasileira de ONGs, fundada em 1991, reúne um segmento dessas ONGs (perto de trezentas entidades), um segmento “que se caracteriza por sua trajetória de luta pela democracia, contra as desigualdades, de busca de alternativas sustentáveis para a sociedade brasileira” (Durão, 2007, p. 26). Elas assumem um **caráter público não-estatal**. Não são correias de transmissão do poder estatal. Podem viabilizar políticas públicas sem se confundir com o estado, sem desobrigar o estado de suas funções. ONGs não substituem o estado. Ao contrário, elas vêm se constituindo numa força cívica de pressão para que o estado cumpra suas funções. Elas têm provocado mudanças em favor da democracia, da equidade, da inclusão e de uma outra economia.

A Abong define ONG, do ponto de vista formal, como aquela organização “constituída pela vontade autônoma de mulheres e homens, que se reúnem com a finalidade de promover objetivos comuns de forma não lucrativa” (Abong, 2006, p. 3). Uma ONG seria constituída por um grupo social organizado em função de ações de solidariedade no campo das políticas públicas, exercendo legitimamente pressão política em proveito das populações mais empobrecidas da sociedade. A vocação política das ONGs está ligada fundamentalmente ao caráter público de defesa da

cidadania.

Muitas ONGs surgiram de movimentos sociais e populares e continuam assessorando esses movimentos. É o caso particularmente das ONGs feministas, ambientalistas ou ligadas aos direitos humanos. Muitas estão ligadas aos movimentos negros, indígenas ou de outras “minorias”, como gays e lésbicas, direitos da mulher, da criança ou grupos religiosos. ONGs são organismos vivos, pró-ativos: não substituem os movimentos, mas se articulam com eles; organizam-se em **redes** e têm um grande potencial. Milhões de pessoas são beneficiadas hoje pelos seus programas.

Importantes mudanças estão ocorrendo nos últimos anos na **América Latina**. Foram eleitos governos mais democráticos e isso vem assustando os setores que detêm o poder há séculos na região. Não há como não relacionar esses avanços com os movimentos sociais e a maior organização da sociedade civil. A satanização das ONGs feita por parte da mídia, hoje, não se refere apenas à suspeita de que algumas delas receberam recursos públicos e não os utilizaram adequadamente. O cenário é mais amplo. Essa satanização é uma reação a algo bem maior. Essa mídia quer atingir algo maior que são as conquistas sociais dos governos democráticos.

Apesar dessa presença importante das ONGs, no Brasil, a expressão “organização não-governamental” sequer existe nas nossas leis. ONG não é uma pessoa jurídica. Não existe no direito brasileiro. Organizações

não-governamentais podem ser tanto partidos políticos quanto associações religiosas, hospitais privados, fundações empresariais, sindicatos, federações, confederações, cooperativas, clubes recreativos, associações de produtores rurais, universidades privadas etc., organizações que pouco têm em comum. Por isso, o relacionamento entre o estado e as **organizações da sociedade civil** não segue qualquer padrão.

Até agora nenhuma iniciativa concreta por parte do estado foi tomada no sentido de estabelecer um marco regulatório para as ONGs. As ONGs não têm, no Brasil, uma legislação adequada, são juridicamente indefinidas. Trata-se, segundo o ex-diretor geral da Abong, Jorge Eduardo S. Durão (2007, p. 26), de “um conceito político e sociológico em disputa na sociedade”. A única legislação existente refere-se às chamadas Oscips – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, criadas pela Lei n.º 9.790 de 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Muitas ONGs acabaram assumindo essa forma jurídica na falta de outra melhor. É a única legislação que rege as relações de parceria entre o estado e a sociedade civil. Se existe algum problema hoje em relação às ONGs, ele não é nem político e nem ético. É jurídico. E esse não é um problema das ONGs. É um problema do estado brasileiro.

Há um vazio jurídico e, pior, quando o estado buscou “regular” o setor acabou criando entraves para

a promoção de seus próprios programas. Isso levou um membro do governo, o professor Paul Singer, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* (2008a, p. 3) com o título “A crise das ONGs e das políticas sociais”, a afirmar que “há mais de um ano as relações entre o estado brasileiro e as organizações não-governamentais estão em estado quase catatônico, devido a um enrijecimento crescente dos controles de convênios que regem as parcerias entre ambos”. Concordo inteiramente com a posição de Paul Singer. O governo Lula, do qual Paul Singer faz parte, que está tão próximo das demandas do povo, precisa legitimar o trabalho da sociedade civil com um marco legal próprio, que atenda às especificidades do setor. O governo precisa impedir a atuação das “falsas ONGs”, como disse Paul Singer, sem impossibilitar que ONGs autênticas, independentemente de seu tamanho, possam assumir o seu legítimo lugar de parceiras do estado.

A lei das Oscips possibilita a parceria entre ONGs e o poder público. Em 2004 o presidente Lula instalou um grupo de estudo para propor uma nova regulamentação para o setor. Como resultado acabou saindo uma Portaria Interministerial n.º 127 de 30 de maio de 2008, valendo a partir de 1º de junho do mesmo ano. Foi essa Portaria que criou a obrigatoriedade do cadastramento prévio no novo sistema informatizado de controle da execução de despesas – o Siconv, – o

que, de um lado, facilitou a fiscalização dos repasses do governo e, por outro lado, criou o “enrijecimento” denunciado por Paul Singer (2008a), dificultando aos ministérios a execução de seus programas envolvendo organizações não-governamentais. Essas informações estão abertas num portal, onde as ONGs devem discriminar todos os pagamentos feitos na execução dos convênios. A medida prevê ainda a autorização (não obrigação) do “chamamento público”, permitindo a seleção por meio de uma espécie de concorrência pública.

Todos concordamos com a necessidade de transparência no uso de recursos públicos. O que está causando muitos problemas, inclusive para o estado, é que as exigências legais de hoje não condizem com a realidade e a estrutura das ONGs.

Muitas empresas privadas, que se autodenominam “sociedade civil”, reagem ferozmente contra qualquer iniciativa das ONGs, movimentos sociais e populares, afirmando que as organizações da sociedade civil devem limitar-se a seu papel social, sem nenhuma articulação com o poder público. O estado sempre esteve e ainda continua subordinado à lógica da empresa privada capitalista. É um estado altamente preparado para atender ao mercado e completamente despreparado, legal e administrativamente para atender às organizações não-governamentais. A regulação das parcerias “público-privado” receberam um enorme

impulso, com leis muito discutidas no Congresso Nacional, porque favorecem o mercado, os programas de “aceleração do crescimento”.

A relação entre governo e sociedade civil avançou muito pouco desde que Fernando Henrique Cardoso criou, em 1999, a lei das Oscips. Falta ainda construir, no Brasil, um marco regulatório que facilite a transparência e promova a idoneidade na utilização dos recursos públicos, não só pelas ONGs, mas também pelas empresas. O marco legal atual não só dificulta o acesso a recursos públicos, como também não assegura a devida transparência. Como diz Marco Aurélio Nogueira (2004, p. 249), falando sobre a atuação das ONGs, “não se trata de ‘exigir o poder’ nem de ‘tomar o céu de assalto’, mas de construir novas formas de organizar a vida, de controlar o poder e, sobretudo, de compartilhar poderes e destinos”.

As ONGs são essenciais para o funcionamento da democracia. Se elas não existissem, criariam um grande vácuo na sociedade, haveria um grande prejuízo para as populações mais pobres e muitos serviços públicos essenciais não seriam prestados. Além do mais, na democracia, os cidadãos têm o **direito de se organizar** para intervir na vida pública. Atacar as ONGs hoje é atacar a democracia. Nas **democracias modernas**, as organizações da sociedade têm tradicionalmente relações com o estado. Sua atuação é ainda maior quanto maior o grau de democracia existente

na sociedade. Criminalizar as entidades da sociedade civil, partidizar a discussão desse tema, fazer generalizações simplistas, tem sido uma forma que os setores mais conservadores, neste país, têm usado para frear a crescente influência dessas entidades no processo de radicalização da democracia.

O estado tem atuado mais nas macroesferas, distantes de onde está a população mais empobrecida. Ele atua pouco nas microesferas, como as ONGs. As ONGs não substituem o estado e o mercado. Elas não se opõem ao estado. Elas articulam estado e sociedade sob uma nova lógica. Elas os rearticulam. As ONGs aprenderam a trabalhar em rede e de forma diferente da gestão empresarial. ONGs, movimentos sociais, terceiro setor, estado e o mercado, mesmo trabalhando sob tensões, conflitos e disputas, podem articular-se de forma mais eficiente e competente, dentro de seus espaços e em conformidade com seus fins, em favor do bem comum.

O trabalho em redes permanentes de **alianças** e **parcerias**, em projetos e programas sociais, é importante. O que se está defendendo é que devemos investir e atuar juntos, de forma estratégica e inovadora, não assistencialista, mas protagonista, com ações sociais mais estruturais e menos conjunturais. Devemos otimizar nossos recursos financeiros e humanos para desenvolver projetos sociais que tornem nossa sociedade cada vez mais justa e sustentável. O terceiro setor e,

particularmente, as ONGs, Oscips e Organizações de Base Comunitária, as OBCs, e outras entidades assistenciais, fundações etc., todas sem fins lucrativos, se articulam, cada vez mais com a economia solidária, na defesa de políticas públicas emancipadoras.

Os empreendimentos solidários nem sempre são sem fins lucrativos. O **lucro** e a **acumulação justa** não se constituem num pecado como defendiam certos setores da Igreja Católica no século passado. Eles são legítimos também numa economia solidária, pois não são alcançados por meio da exploração econômica e da dominação política características do lucro capitalista. Como afirma Pablo Guerra (2002, p. 197), esse lucro

não é apropriado pelo capital, mas pelo fator organizador que subsume ao resto dos fatores, isto é, o fator trabalho, e esse é basicamente alternativo ao predominante no mercado determinado. Quando uma comunidade de trabalho, fundada com base em valores igualitaristas e humanistas, gera bens e serviços, tentará com eles tirar algum proveito para os fins para os quais foi criada (muitas vezes, não com fins meramente econômicos).

Pablo Guerra faz questão de ressaltar, logo em seguida, numa nota (Guerra, 2002, p. 211): “que fique bem claro que não dissemos ‘o máximo proveito’, como acontece no caso da economia mercantil capitalista. Muitas organizações alternativas se contentam com um ‘preço justo’, inspirado não em relações meramente

mercantis, mas em relação a valores alternativos”.

A característica da economia solidária não é a ausência de lucro ou acumulação, mas a forma de organizar atividade econômica com base em relações igualitárias e formas de consumo justas, responsáveis e sustentáveis. O que importa é que o valor da solidariedade esteja presente em todo o processo econômico de produção, circulação, consumo e acumulação. As micro e pequenas empresas populares, cooperativas e comunidades de trabalho, em sua quase totalidade, são sustentadas única e exclusivamente pela força do trabalho de seus componentes. A economia solidária não se rege pela racionalidade capitalista voltada exclusivamente para o lucro.

6



DESAFIOS ATUAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como em todo processo histórico, o mundo da economia solidária é cheio de conflitos e contradições. Muitos são os desafios que estão sendo enfrentados: o desafio da sua própria expansão, a consolidação das redes e cadeias produtivas, a sua relação com o sindicalismo, o desafio da **certificação** dos empreendimentos solidários e de seus produtos¹, a melhoria das

1. Na **certificação dos produtos** de empreendimentos solidários é muito importante a participação direta dos próprios produtores: a *certificação participativa* “é um instrumento de agregação de valor, importante para a comercialização, além de estimular práticas que respeitam o meio ambiente” (Motta, 2007, p. 83). Outra coisa é a **certificação de conhecimentos** e de saberes da experiência. A certificação das chamadas “competências de vida” é uma prova de competência

condições de trabalho de seus associados (principalmente o padrão de saúde e de educação), o desafio da comercialização, sempre apontado como o maior problema, a questão do crédito, a aproximação entre produtores e consumidores etc.

Como uma proposta concreta de superação de alguns desses desafios, aponta-se para a necessidade de uma política de economia solidária que crie espaços de comercialização, uma compra efetiva do estado favorecendo as cooperativas e as microempresas num sistema de comércio justo. Segundo Ana Flávia Borges Badue et al. (2005, p. 23), o **comércio justo** implica três dimensões intimamente relacionadas:

- » uma *dimensão socioeconômica*, para as práticas de trocas comerciais pautadas nos critérios da equidade;
- » uma *dimensão educativa*, que propõe o estímulo à aproximação entre exercício da cidadania e escolhas responsáveis nos hábitos de consumo; e
- » uma *dimensão política*, que se engaja em articular a participação de outros atores tais como ONGs, sindicatos, movimentos do campo, associações de

profissional e um direito do trabalhador. Há uma grande tradição nesse campo em alguns países europeus, como a França, a Itália, a Espanha e Portugal, e diferentes enfoques que devem ser levados em conta na estruturação de uma proposta de certificação de saberes e competências em economia solidária.

meio ambiente e de consumidores etc. Muitos são os **desafios** da economia solidária. Felizmente, também não faltam **soluções**. Mas dependemos, muitas vezes, de vontade política. O poder público, por exemplo, poderia privilegiar a economia solidária na compra de produtos destinados à *merenda escolar*. Seria uma forma também de educar nossas crianças e jovens não só para o consumo responsável, mas também educar para a sustentabilidade. Há muito espaço para boas iniciativas no campo do setor público se quiser impulsionar a economia solidária.

Na experiência que tivemos nesses últimos anos no IPF, acompanhando o trabalho de formação socio-profissional de diversas redes de economia solidária, podemos dizer que nos defrontamos, mais frequentemente, com três grandes **desafios**:

- » o desafio da economia solidária de se organizar de forma autônoma, de mostrar, na prática, que somos capazes de produzir autonomamente, sem nos relacionar com um patrão que nos dá ordens;
- » o desafio de potencializar os empreendimentos solidários, já que muitos ainda não estão trabalhando em rede²;

2. A estratégia das redes é uma estratégia correta desde que seja adequada ao espírito da economia solidária. O capitalismo também está em rede, mas sob uma outra racionalidade, uma

» o desafio de compartilhar responsabilidades, sobretudo no campo do financiamento dos empreendimentos (co-financiamento).

O financiamento não se limita apenas aos recursos financeiros, já que nosso “capital” é constituído também de experiências, tecnologias, culturas, saberes, competências e habilidades. O saber também deve ser visto como uma tecnologia. A tecnologia não é apenas uma ferramenta. Nesse sentido, a própria qualificação poderia ser vista como uma tecnologia, como nos disse Marcelo Álvares de Sousa, coordenador geral de Certificação e Orientação Profissional da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho, no lançamento do PlanSeQ-EcoSol, dia 5 de março, em São Paulo.

Uma boa iniciativa no que se refere ao financiamento tem sido a criação de bancos comunitários e moedas alternativas. Os **bancos comunitários** “são serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa, voltados para a geração de trabalho e renda e tendo por base os princípios da economia solidária” (Magalhães, 2006, p. 7). Eles trabalham, muitas vezes, com **moedas alternativas** ou moedas sociais locais circulantes, moedas “complementares ao real, que objetivam fazer com que o ‘dinheiro’ circule na

própria comunidade, ampliando o poder de comercialização local, aumentando a riqueza circulante na comunidade, gerando trabalho e renda localmente” (Idem, p. 41). Uma boa notícia foi a criação da *Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento*. Eis o nome de algumas moedas dessa rede: prata, terra, bem, palmeira, palmas, santana, maracanã. São importantes iniciativas, contudo, precisam muito do apoio do estado para se tornarem mais eficientes e estruturadas, enfim, para que o financiamento dos empreendimentos solidários avance.

Euclides Mance (2003, p. 81-82) aponta como **desafios atuais** da economia solidária: a difusão do consumo solidário, a logística de distribuição, os fundos para reinvestimento³, o mapeamento, a diversificação e qualificação dos produtos e a capacitação técnica.

Desafios não faltam e, felizmente, também não faltam **propostas**, como a criação de um **mercado social** a partir do avanço da esquerda na América Latina. A economia solidária surge como grande oportunidade de mudança no modo de produção capitalista na região. Ela faz parte das propostas de todos os governos de esquerda da América Latina.

3. Os fundos rotativos e solidários podem se constituir em poderosos instrumentos de justiça social, gerando empregos, distribuindo renda e dinamizando a economia local.

outra lógica, que é a lógica do lucro e da padronização e não a lógica da solidariedade.

Para criar esse “mercado social”, a economia solidária deverá enfrentar o grande desafio que é ter **escala** na produção e na comercialização. E só terá escala se trabalhar em rede, em cadeias produtivas. Geralmente relacionadas a um determinado produto, elas visam “à integração de elementos ou unidades semelhantes, cujo principal objetivo é a possibilidade de ganhos de escala de produção e na homogeneização de produção e comercialização” (FBES/Chantier, 2008, p. 56).

No FSM de 2005, realizado em Porto Alegre, a economia solidária teve uma grande visibilidade e divulgação, com espaço próprio para a comercialização, com bolsas e construções feitas por empreendimentos solidários. Durante o encontro, circulou um folheto que apresentava a economia solidária como um processo de organização para o fortalecimento do trabalho associativo e sua emancipação social voltados para o desenvolvimento local e sustentável, no qual as trabalhadoras e os trabalhadores são protagonistas, através da constituição de empreendimentos econômicos solidários e da articulação de redes de cooperação. A economia solidária no V FSM foi apresentada como uma estratégia de enfrentamento da exclusão e da precarização do trabalho, tendo como princípios a cooperação, a solidariedade, a participação e a valorização do ser humano e do meio ambiente.

Na reunião do Conselho Internacional do FSM, em Nairóbi, no final de janeiro de 2007, foi proposta

a realização de um FSM temático sobre economia solidária. Vivemos numa *sociedade de redes e de movimentos*, muito propícia a iniciativas desse gênero. Em Nairóbi, estavam presentes o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o Faces do Brasil⁴, a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), bem como numerosas entidades, redes e empreendimentos solidários brasileiros e de outros países. Destacamos a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (Ripess).

O tema “comércio justo” dominou diversas mesas do Fórum de Nairóbi. Muitas experiências nesse campo foram apresentadas, contando com a presença do economista Paul Singer, da Senaes/MTE. A articulação dessas iniciativas da “economia do trabalho” foi um dos avanços mais significativos do FSM de Nairóbi. Uma **articulação maior** entre empreendimentos solidários, ONGs, governos, redes e movimentos foi estabelecida a partir de Nairóbi e a defesa de uma *política pública de economia solidária* deverá resultar dessa articulação, uma política de estado e não apenas uma política de

4. O **Faces do Brasil**, fundado em 2002, é uma plataforma de entidades e atores do movimento do comércio justo e solidário. Fazem parte desta plataforma ONGs e outras entidades, representantes de produtores e do governo federal. A Faces do Brasil tem como um dos principais desafios o desenvolvimento de referências conceituais e metodológicas para a construção de relações comerciais justas e solidárias.

um governo. Nesse sentido, espera-se uma atuação maior do Conselho Nacional de Economia Solidária criado pelo governo Lula⁵.

Os eventos do FSM se constituem, cada vez mais, em exemplos vivos do que é esse *outro mundo possível*⁶. Entre as práticas de um outro mundo possível e necessário, vivenciadas nos encontros do FSM, podemos destacar a economia solidária (não capitalista) nas áreas de confecção e vestuário, serviços, reciclagem, artesanato, alimentação e abastecimento, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário, por meio

5. O governo Lula deixaria um grande legado se conseguisse estabelecer uma política de estado em economia solidária e criar mecanismos de autogestão, organização e fortalecimento dos setores mais empobrecidos da sociedade brasileira. O futuro de nossa democracia depende muito da organização popular e da capacidade do povo de se organizar autonomamente. A economia solidária pode dar uma grande contribuição nesse campo.

6. “O que poderia ser um outro mundo, segundo a expressão do FSM, ainda não sabemos, pois acreditamos que as evoluções históricas – positivas ou negativas – são sustentadas por agentes e que são produzidas antes de tudo pela transformação das relações sociais, caracterizadas atualmente por uma desigualdade profunda das forças existentes. Isto é, trata-se de lutas sociais. Não que as ideias e as teorias sejam supérfluas: fazem parte integrante das forças materiais que modelam a história. O vaivém entre teoria e prática, entre pensamento e ação, entre inspiração e concretização permanece uma exigência incontornável para todos aqueles que querem ‘mudar o mundo’” (Amin & Houtart (orgs.), 2003, p. 12).

de cooperativas, associações, empresas autogestionadas, redes de cooperação, complexos cooperativos. O *Mapa da economia solidária* do FSM inclui: alimentação, turismo, material visual, produção gráfica, artesanato, infraestrutura, comunicação, hospedagem, cultura, vestuário, confecção, segurança, transporte, viagens, jornalismo e limpeza.

Um outro mundo não é só possível, como está sendo construído desde já (Gadotti, 2007). Uma outra economia não é só possível, como **está acontecendo** desde já. É o que podemos deduzir dos numerosos empreendimentos econômicos solidários organizados por numerosas **redes de economia solidária**: pela *Rede Nacional de Cooperação Industrial* (Renaci), em quatro estados (SC, RS, SP e MG), pela *Rede Justa Trama*, em onze estados (SP, SC, PR, RS, RO, AM, AP, PA, RR, AC e TO), pela *Rede de Fruticultura Sabor Natural do Sertão* (BA e PI), pela *Rede de Fruticultura do Baixo Tocantins* (PA e TO), pela *Associação Em Rede de Artesãos* (RS e PR), pela *Rede Arte Sudeste* (RJ, MG e ES), pela *Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste* (PE, PB, RN, BA e CE), pela *Rede de Autogestão em Artesanato* (SP) e pela *Rede Abelha*, que articula organizações de apicultores (MA, PI, CE, RN, PB, PE e BA). Uma outra economia já está acontecendo. Depois do PlanSeQ-EcoSol, algumas dessas redes ampliaram a sua área de atuação.

Paul Singer sugere que em “outro mundo possível”

devem coexistir **vários modos de produção**, várias economias, inclusive várias concepções e realizações de economia solidária. Para ele, a economia socialista deverá concorrer com outros modos de produção:

ela estará permanentemente desafiada a demonstrar sua superioridade em termos de auto-realização dos produtores e satisfação dos consumidores. O que talvez leve à conclusão de que a luta pelo socialismo nunca cessa. Se este for o preço que os socialistas terão de pagar para ser democratas, ousar sugerir que não é demasiado. (Singer & Machado, 2000, p. 48)

Enfim, não se trata de tornar uma, e só uma, economia, hegemônica. Trata-se de promover uma **pluralidade de economias** convergindo para o mesmo fim que é a felicidade humana, a realização do ser humano para uma vida plena.

Não há uma única economia solidária. Partindo dos mesmos princípios, a economia solidária manifesta-se de muitas formas. Muitas dessas práticas traduzem concepções diferentes de economia solidária: “podemos dizer que o conceito de economia solidária carrega hoje, no Brasil, um caráter polissêmico. Poderíamos, então, falar não de uma concepção, mas de concepções” (FBES/Chantier, 2008, p. 12). Em todas elas, porém, alguns princípios são comuns, tais como, as relações solidárias de colaboração, a propriedade coletiva dos meios de produção, a igualdade de direitos e responsabilidades, a economia solidária

como práxis pedagógica e a luta contra a subordinação do trabalho pelo capital.

Certamente um “outro mundo possível” não é um mundo único. Não podemos cair na armadilha do pensamento único. Nosso “outro mundo possível” é formado de muitos mundos. Nós defendemos o mundo como possibilidade e criatividade e ele não se restringe a um só, como pretende o pensamento único capitalista. Nossa alternativa é também ao pensamento único. Porque diversas são as pessoas, as línguas, as culturas, os povos, os desejos e a própria vida. Boaventura Souza Santos sintetizou assim o tema: “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (Santos, 1997, p. 30).

Paul Singer faz a **crítica da visão clássica da economia socialista** em que o proletariado toma o poder do estado e converte os meios de produção em propriedade estatal. Ele opõe esse monolitismo do poder de decisão da centralização planejada à autogestão da economia solidária:

o planejamento centralizado, que foi a marca registrada do “socialismo soviético”, nada tem a ver com a socialização dos meios de produção. Se todos eles pertencem ao estado, em tese cada cidadão é proprietário de meios de produção. Mas isso não passa de uma ficção jurídica. Na prática, o controle sobre a economia era exercido pela cúpula do partido, que

também era a cúpula do estado. E os trabalhadores continuaram tão subordinados quanto no capitalismo. (Singer & Machado, 2000, p. 47)

O problema da esquerda clássica é que ela pretende fazer a gestão da economia da mesma forma que faz o capitalismo: por meio do estado. Com a autogestão, a economia solidária dá um salto nessa questão, retirando do estado (como forma do capital) a gestão do empreendimento solidário. Isso não significa prescindir hoje do papel do estado. O estado é uma arena na qual a luta entre as diferentes economias está se travando. O estado tem protegido a economia capitalista com subsídios e toda sorte de benefícios, como o isenção de impostos. A economia popular precisa de políticas públicas, inclusive de proteção. Isso não é assistencialismo, como dizem os defensores da economia privada. Precisamos inserir a luta pela economia solidária no interior do estado capitalista, mesmo sabendo que ele, para assumir hegemonicamente a economia solidária, precisa mudar radicalmente.

7



UMA ECONOMIA PARA O BEM VIVER

A economia solidária é muito anterior ao capitalismo. Platão em sua obra *A República*, exaltava os valores da vida comunitária (a “família societária”) e o desaparecimento da propriedade privada. A oposição veio, logo a seguir, combatendo esse ideal societário. Os empreendimentos solidários sempre estiveram presentes na história desde a mais remota antiguidade, encarnados em seus valores sociais. Durante toda a Idade Média desenvolveram-se experiências de economia social, mas prevaleceu o poder da Igreja que defendia a propriedade privada.

Curiosamente, a reação veio também de dentro da Igreja, com Thomas Morus (1478-1535), que defendeu uma sociedade ideal em sua obra *Utopia*,

sustentando que um estado justo não poderia existir com a propriedade privada. Da mesma forma, Tommaso Campanella (1568-1639), em sua *Cidade do Sol*, defendia a construção de uma vida social baseada na solidariedade.

Com base nesses ideais solidários diversos **modelos e escolas de pensamento** surgiram ao longo da história: o solidarismo cristão, o socialismo utópico, o pensamento libertário, o comunitarismo, o cooperativismo etc. O marxismo opôs-se à economia solidária expressa, na sua época, pelo movimento anarquista (Pierre Joseph Proudon, 1809-1865) e pelo cooperativismo, em favor de um único modo de produção, o socialista, que deveria ser imposto a todo mundo, por meio do planejamento centralizado no estado. Essa tese de que o socialismo deveria ser imposto de cima para baixo, a partir do poder de estado, ruiu definitivamente no final do século 20.

Marx tratava de forma pejorativa o chamado “socialismo utópico” de Etienne Cabet (1788-1856), Charles Fourier (1772-1837), Henry de Saint-Simon (1760-1825), Robert Owen (1771-1858) e Victor Considerant (1808-1893). Sociólogos posteriores, como Max Weber (1864-1930), admitiam a tese da solidariedade, embora a limitassem “ao campo do direito e da religião” (Guerra, 2002, p. 215). Hoje, com o crescimento dos empreendimentos solidários, estão sendo revalorizados e repensados os ideais humanistas

dos socialistas chamados utópicos, a eles somando-se outros filósofos como Martin Buber (1878-1966) e Emmanuel Mounier (1905-1950). Não temos medo de afirmar a economia solidária como uma **grande e esperançosa utopia**, orientada pela ajuda mútua, uma lógica da reciprocidade e da igualdade de condições, contra a lógica individualista e violenta do capitalismo que considera o homem como um lobo.

Aristóteles faz uma distinção entre “economia” e “crematística”. Para ele a economia diz respeito ao cuidado para com a casa, o meio ambiente, o entorno, com vistas ao bem viver. Ao contrário, a crematística diz respeito apenas à questão do dinheiro, das moedas e dos preços. Se olharmos atentamente para o capitalismo, podemos ver nele muito mais uma crematística do que uma verdadeira economia. A economia solidária estaria recuperando o sentido original da própria economia, em que a produção, a distribuição, o consumo e a acumulação justa estariam voltados para o bem estar das pessoas e não apenas para o lucro.

Do ponto de vista filosófico, a economia solidária encontra inspiração hoje tanto no personalismo de Immanuel Mounier quanto no comunitarismo de Martin Buber. Ambos realçaram a necessidade da solidariedade e o papel da pessoa, do sujeito, na história, contra o individualismo possessivo capitalista. Na visão desses filósofos, a comunidade é também um sujeito. Por isso a economia solidária é também

chamada de socioeconomia.

Apesar desses antecedentes europeus (Buber, 1987; Mounier, 1967; Desroche, 1983), tem sido a **América Latina** o terreno mais fértil da economia solidária, particularmente a partir dos anos 80 do século passado. Como diz Pablo Guerra (2002, p. 18), a economia solidária já se converteu, na América Latina, numa “verdadeira escola de pensamento”. Segundo ele, “muitas organizações sociais, sindicais e cooperativas aderiram ao postulado de uma economia solidária, e desenvolvido numerosos encontros sobre isso. A Igreja Católica, fundamentalmente por meio de suas Pastorais Sociais, definiu-se por essa linha, à luz das últimas Encíclicas Sociais.

Diversos países da América incluíram em suas constituições o apoio às iniciativas da economia solidária, como a Venezuela, o Equador, a Argentina, o Uruguai e outros. A nova **Constituição Equatoriana** (2008), em diversos artigos, menciona diretamente ou indiretamente a economia solidária, a autogestão e a participação nas tomadas de decisão. No artigo 283, afirma-se que no Equador o “sistema econômico é social e solidário”, cujo objetivo é garantir a produção e a reprodução das condições materiais e imateriais que possibilitem o “bem viver” e “incluirá os setores cooperativistas, associativos e comunitários”.

O conceito de bem viver é um conceito ambíguo. Para alguns ele se refere apenas a aspectos individualistas

e materiais da “arte de bem viver”, excluindo o outro nessa ralação com a vida. Há conjuntos habitacionais fechados que anunciam um “bem viver com segurança”. Não é desse bem viver que estamos falando aqui. No sentido político que é utilizado por movimentos sociais, como o movimento zapatista e na Constituição de países como o Equador, o conceito de bem viver refere-se à busca de uma vida digna, dentro das condições de que dispomos hoje, sem adiar a vida plena para amanhã, quando conseguirmos todas as condições concretas de bem viver. Ele implica no bem estar pessoal no ambiente onde vivemos e trabalhamos, implica manter relações interpessoais com ênfase na ética, no respeito e no companheirismo.

Essa noção não é nova. Na antiga Roma ela era associada ao conceito de *civitas*, cujo fim era proporcionar bem estar e uma vida saudável, com ordem e justiça, para os habitantes da *polis*, os cidadãos. A *polis* seria a comunidade do bem viver. Viver bem exige viver de forma virtuosa, como sustentava Aristóteles: o bem viver significa viver segundo o bem. O bem viver na *polis* exige o respeito ao bem comum. No sentido que defendemos aqui, como um fim da economia solidária, o bem viver não se refere apenas à conquista de bens materiais, mas a todas as necessidades da vida, aos bens imateriais e espirituais. Utilizamos aqui o conceito de bem viver dentro de uma posição contra-hegemônica que se opõe a tudo o que é insustentável.

Os avanços que estão ocorrendo hoje na América Latina no campo dessa outra economia só aconteceram porque houve uma intensa mobilização popular, envolvendo ONGs, movimentos sociais e populares e empreendimentos econômicos solidários. Destacamos, nesse processo o importante papel desempenhado por redes solidárias como a *Caritas*¹, organização ligada à Igreja Católica, e a *Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário*², impulsionando numerosas experiências de economia alternativas a partir da sociedade civil. Nesse início de novo milênio, as **crises** provocadas pelo modelo capitalista predatório de desenvolvimento, mostraram, ainda mais, a necessidade e a urgência de uma “outra economia”.

1. A **Caritas Internationalis** é uma rede da Igreja Católica de atuação social, composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. A *Caritas Brasileira* é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ela foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal.

2. A **Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário** é uma rede informal de pessoas, instituições e movimentos que, conscientes da complexidade dos problemas do mundo contemporâneo, buscam as mudanças necessárias para atuar e ter, no seu conjunto, influência de ação no aqui e agora e no futuro. Com sua forma de atuar, abrindo espaço para debates, intercâmbios e elaboração de propostas comuns, a Aliança cria uma dinâmica social e inventa novas formas de ação coletiva.

A crise energética de hoje, por exemplo, é particularmente ilustrativa. E não se trata apenas de uma crise de energia. Ela é também uma crise de alimentos. A elevação do preço da gasolina eleva também o preço dos alimentos. Terras utilizadas para produzir alimentos estão sendo hoje destinadas à produção de “alternativas” energéticas. Na verdade não se trata propriamente de uma alternativa já que “troca seis por meia dúzia”: não tem sentido trocar um recurso limitado como o petróleo, por outro recurso limitado, que é a terra. Uma hora a terra também vai esgotar-se, se continuarmos com o mesmo modelo de desenvolvimento predatório.

Aqui entra a economia solidária, com a sua diversidade de empreendimentos, defendendo o desenvolvimento local. Não basta substituir combustíveis. Precisamos substituir toda uma economia e fundá-la em outros valores. O capitalismo já mostrou sua incapacidade de atender a todos com justiça social e, além do mais, está levando o planeta na roda da sua destruição.

– *O que colocar no seu lugar?*

– A resposta é dada por Paul Singer: trata-se de substituir a competição de todos contra todos, o individualismo e a busca incessante de lucro pela ajuda mútua na produção e no consumo e a solidariedade no enfrentamento dos desafios ambientais, no bojo de um sistema que preserva e amplia a liberdade individual, mas também elimina a miséria

e a desigualdade. (Singer, 2008, p. 31)

É verdade que temos produtos globalizados, como o computador e o celular, mas a qualidade de vida está ainda muito mais ligada ao **desenvolvimento local**. Como sustenta Ladislau Dowbor,

muito se fala sobre a globalização. E ela, sem dúvida, é real. No entanto, quando observamos os componentes do cotidiano – o médico da família, a escola das crianças, o hortifrutigranjeiro dos ingredientes que abastecem a cozinha, a segurança das ruas, as soluções do trânsito, enfim o grosso dos elementos que definem a nossa qualidade de vida – verificamos que eles são eminentemente locais. (Dowbor, 2008, p. 30)

Em síntese, necessitamos de uma economia que não coloque o mercado livre e o lucro como o centro de tudo. Existem relações, recursos naturais, bens públicos, conhecimento, educação e, sobretudo, os seres humanos, que não devem estar sujeitos ao mercado livre. Não é só de comida que todos os seres humanos precisam. Precisamos de dignidade, de poder para decidir sobre sua existência, precisamos de cultura, conhecimentos, saberes, tecnologias. Precisamos, por isso, de autodeterminação:

o capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais “econômicos” (...). No entanto, a situação de partida é sempre desigual, porque o próprio

capitalismo, a própria concorrência, entre empresas e entre homens, recria permanentemente assimetrias entre os homens e as empresas. (Mello & Novais, 1998, p. 581-582)

Precisamos de um outro modo de produzir e reproduzir nossa existência no planeta. O modo capitalista nos levará a crises constantes, como sustentava Marx. Um outro mundo é necessário. E temos necessidade de crer na sua possibilidade. Uma outra globalização é possível e necessária.

A globalização capitalista é uma “fábula”, como afirma Milton Santos (2000), na medida em que o mundo não foi globalizado para a maioria das pessoas. É assim que os “globalistas” querem que o vejamos. Na verdade, ela é “perversa”, como sustenta Milton Santos, para a grande maioria dos seres humanos. Para a maioria das pessoas a globalização é apenas uma ilusão, uma fantasia: pensar que todos estamos, de fato, globalizados. Temos a ilusão de que estamos nos comunicando com todo o mundo e que nós fazemos parte da globalização. Mas, o mundo só está realmente melhor para as grandes corporações. A globalização capitalista só chega a poucos, muito poucos.

Encontramos em Zygmunt Bauman uma bela descrição do processo de globalização capitalista. Para ele, o conceito central da globalização é o de “mobilidade”: a globalização capitalista dividiu o mundo entre aqueles que podem mover-se de um lado para

outro, de um país para outro, os globalizados, e os que não podem mover-se, que estão fixos em seus lugares, os não-globalizados, que precisam fixar-se onde estão para recolher o lixo dos que se foram. O quadro é sombrio: de um lado está o isolamento dos “globais” que querem sua liberdade total de movimento e, de outro, o isolamento dos “locais”, imobilizados num território sobre o qual possuem cada vez menos controle. O que está acontecendo com as pessoas está acontecendo também com os estados. O estado-nação é fraco diante do capital. Se o estado-nação coloca algum problema para o capital, o capital se move para outro território mais favorável. “Se a nova extraterritorialidade da elite parece uma liberdade intoxicante, a territorialidade do resto parece cada vez menos com uma base doméstica e cada vez mais com uma prisão”, conclui Bauman (1999, p. 31). As palavras de Bauman têm tudo a ver com o grave problema das **migrações**. As mercadorias encontram todas as facilidades para circular, ao passo que os trabalhadores encontram toda sorte de barreiras, na busca de uma melhor qualidade de vida. Só as elites não têm pátria.

Sem dúvida não se pode superar o capitalismo sem apresentar a viabilidade de um outro modo de produção de nossas vidas³. Aqui o que vale é a **alternativa** e

não a pura negação de um sistema. Então, o problema não seria nem o capitalismo e nem o mercado. Ele estaria na nossa incapacidade de produzir alternativas práxicas com uma outra lógica. O problema está na lógica que preside a unidade do capital e do mercado. Para mudar o modo pelo qual os homens hoje produzem e reproduzem a sua existência – o modo capitalista dominante – é preciso **mudar a lógica** que preside esse modo de existir humano. Não se trata de extinguir a riqueza e o mercado que a faz circular. Trata-se de fazer circular a riqueza com uma outra lógica: da lógica da concentração para a lógica da desconcentração, da lógica da competição que comanda o **mercado livre**, para a lógica da cooperação que comanda o **mercado solidário**. Só podemos revolucionar o nosso modo de existir no planeta interferindo na lógica que o rege.

Gastar todas as nossas energias combatendo verbalmente o capitalismo é inútil. Já perdemos muito tempo combatendo o “sistema” capitalista. Quanto mais o combatemos sem alternativas, mais ele se fortalecerá; quanto mais combatermos o sistema capitalista sem outra lógica, mais ele fortalecerá a sua

de ‘economia de mercado’, e outros, de ‘capitalismo’. Até hoje, não surgiu nenhum sistema tão capaz de fazer crescer a economia. As experiências feitas em nome do socialismo não manifestaram força própria suficiente para competir, no plano do crescimento econômico, com o capitalismo” (Konder, 2006, p. 3). É a chance da economia solidária.

3. “Tal como está organizada, a sociedade gira em torno do mercado, de acordo com um sistema que alguns chamam

lógica, mais manhas e artimanhas ele encontrará para se defender. Ele só pode ser transformado, superado, pela introdução de uma outra lógica, com alternativas econômica, política e socialmente viáveis. É o que nos tem ensinado nossa “velha” dialética. É o que nos está ensinando, na prática, hoje, a economia solidária. Uma das alternativas apontadas pela *Carta de Princípios da economia solidária* é associar a *economia solidária* ao *desenvolvimento sustentável*. Essa associação levará necessariamente a uma ressignificação positiva do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é uma arena no qual várias concepções e práticas estão em luta.

George Soros (1999) afirma em seu livro *A crise do capitalismo* que, se quisermos encontrar a solidariedade, a compreensão e a compaixão, não devemos procurá-las no mercado. Gostaria de dizer que ele está equivocado. Ele está considerando apenas um tipo de mercado e um tipo de economia. Ele está pensando apenas no modo como o mercado livre está funcionando hoje, dentro de uma “lógica da consciência opressora”, como dizia Paulo Freire. O mercado foi inventado pelos homens e tudo o que foi inventado por eles, por eles pode ser reinventando. Ele foi construído socialmente e pode ser socialmente desconstruído e reconstruído, sob um outro olhar, sob uma outra lógica, uma lógica solidária.



BIBLIOGRAFIA

- ABONG, 2002. *Desenvolvimento e direitos humanos: diálogos no Fórum Social Mundial*. São Paulo: Peirópolis.
- ABONG, 2003. *Governo e sociedade civil: um debate sobre espaços públicos democráticos*. São Paulo: Peirópolis.
- ABONG, 2006. *Ação das ONGs no Brasil: perguntas e respostas*. São Paulo: Abong.
- ABRAHAN, Guillen, 1988. *Economía libertaria: alternativa para un mundo en crisis*. Bilbao: Anselmo Lorenzo.
- ACSELRAD, Henri, 1999. *Sustentabilidade e desenvolvimento: modelos, processos e relações*. Rio de Janeiro: Fase, Série “Cadernos de Debate Brasil sustentável e democrático”, n. 5.
- AMIN, Samir; HOUTART, François (orgs.), 2003. *Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003*. São Paulo: Cortez.
- ANTEAG, 2007. *Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia*. São Paulo: Anteag, v. 3.

- ANTEAG, 2007a. *Economia solidária: mapeamento São Paulo 2005-2007*. São Paulo: Anteag.
- ANTUNES, Ricardo, 1997. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez.
- ARGENTINA, MEC, 2007. *Aprendizaje y servicio solidario en las organizaciones de la sociedade civil*. Buenos Aires: Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología.
- ARNS, Carlos Eduardo, 2004. *Organizações populares e desenvolvimento no Sul do Brasil*. Curitiba: Gráfica Popular.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo, 2006. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- ARRUDA, Marcos, 2003. Situando a economia solidária. In: *Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães – Economia Solidária*. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães.
- ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo, 2000. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos – uma visão a partir do sul*. Petrópolis: Vozes.
- ASSMAN, Hugo, 1994. *Economía y religión*. San José (Costa Rica): DEI.
- BADUE, Ana Flávia Borges et al. 2005. *Manual pedagógico: entender para intervir. Por uma educação para o consumo responsável e o comércio justo*. São Paulo: Instituto Kairós.
- BALLESTERO, Enrique, 1990. *Economía social y empresas cooperativas*. Madrid: Alianza.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho, 2007. *Economia solidária como política pública*. São Paulo: Cortez.
- BARQUÍN, Felix Cadena, 1999. *Conocer transformando, transformar conociendo: guía para la sistematización de experiencias en educación y economía popular*. México: Fasep.
- BAUMAN, Zygmunt, 1999. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BAUMAN, Zygmunt, 2003. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio: Zahar.
- BEGHIN, Nathalie, 2005. *A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito*. São Paulo: Cortez.
- BETTO, Frei, 2000. *Desafios da educação popular*. São Paulo: Cepis.
- BEZ, Antonio Carlos; CARNEIRO, Gisele, 2005. *Clube de troca: rompendo o silêncio, construindo outra história*. Curitiba: Gráfica Popular/Cefuria, Série “Metodologia e sistematização de experiências Coletivas Populares”.
- BOFF, Leonardo, 1996. *Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma*. Petrópolis: Vozes.
- BONILLA-MOLINA, Luís; TROUDI, Haiman el, 2005. *Introducción a la educación en economía social y popular*. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. (org.), 2006. *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida: Idéias & Letras.
- BRASIL, 2003. *Plano Nacional de Qualificação – PNQ*. Brasília: MTE.
- BRASIL/MDS, 2004. *Fome Zero: um mutirão pela vida*. Brasília: MDS.
- BRASIL/MDS, 2008. *Círculos de cultura, cartas pedagógicas e projeto político-pedagógico*. Brasília: MDS/SEDH.
- BRASIL/MDS/RECID, 2008. *Projeto político-pedagógico*. Brasília: MDS/SEDH/Recid.
- BRASIL/MTE/IPF, 2008. *PLANSEQ-ECOSOL: plano setorial de qualificação social e profissional em economia solidária 2006. Seminário nacional de sistematização: 01 a 05 de setembro de 2008*. Brasília: IPF/MTE.
- BUBER, Martin, 1959. *La vie en dialogue*. Paris: Aubier Montaigne.
- BUBER, Martin, 1987. *Caminos de utopía*. México: FCE.

- CARNEIRO, Gisele, 2005. *A pedagogia de Paulo Freire: uma pedagogia humanizadora*. Curitiba: Sindipetro – Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária.
- CATTANI, Antonio David (org.), 2003. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz.
- CAVALCANTI, Clóvis (org.), 1995. *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez.
- CEPAL, 1990. *Transformación productiva con equidad*. Santiago: Cepal.
- CEPIS, 2005. *Trabalho de base: teoria e prática*. São Paulo: Cepis.
- CESAP, 2007. *Qualificação, organização comunitária e geração de cidadania*. Brasília: MTE.
- CHAUVEY, Daniel, 1990. *O que é autogestão*. Lisboa: Edições 70.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- CORAGGIO, José Luis, 1996. *Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da Educação para Todos*. São Paulo: Cortez/IPF.
- CORAGGIO, José Luis, 2004. *La gente o el capital: desarrollo local y economía del trabajo*. Buenos Aires: Espacio.
- CORAGGIO, José Luis, 2005. *Es posible otra economía sin (otra) política?* Buenos Aires: La Vanguardia.
- CULTI, Maria Nezilda, 2006. *O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários*. Tese de doutorado. São Paulo: FE/USP.
- DABAS, Elina, 1993. *Red de redes: las prácticas sociales de intervención en redes sociales*. Buenos Aires: Paidós.
- DEMO, Pedro, 2002. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez/IPF.
- DESROCHE, Henri, 1983. *Pour un traité d'économie sociale*. Paris: Cidem.
- DOWBOR, Ladislau, 2008. Desenvolvimento Local. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, abr.
- DURÃO, Jorge Eduardo S., 2007. CPI das ONGs: iniciativa com defeito de nascença. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, dez., p. 26-27.
- ENGUITA, Mariano, 1992. *Educación, formación y empleo*. Madrid: Eudema.
- FACES DO BRASIL, 2004. *Comércio ético e solidário no Brasil*. São Paulo: Faces do Brasil.
- FASE, 2003. *Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. Rio de Janeiro: Fase.
- FBES, 2008. *IV Plenária Nacional de Economia Solidária: relatório final*. Brasília: FBES.
- FBES/CHANTIER, 2008. *Ousar a solidariedade: partilha de práticas de economia social e solidária no Brasil e no Quebec*. Brasília: FBES.
- FERNANDES, Rubem César, 1994. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- FONTES, Adriana, 2006. Perfil e desafios dos microempreendimentos no Brasil. In: *Revista Sinais Sociais*, ano 1, n. 2, set./dez. 2006, p. 188-214.
- FREIRE, Paulo, 1976. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo, 1981. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo, 1997. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.), 2006. *A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília: Inep/MEC.

- FURTADO, Celso, 1974. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GADOTTI, Moacir, 2004. *Os mestres de Rousseau*. São Paulo: Cortez.
- GADOTTI, Moacir, 2007. *Educar para um outro mundo possível*. São Paulo: Publisher Brasil.
- GADOTTI, Moacir, 2008. *Mova, por um Brasil Alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, Série "Educação de Adultos".
- GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto, 1994. *Educação popular: utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez/Edusp.
- GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (orgs.), 1993. *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez.
- GAIGER, Luis Inácio, 2003. *A economia solidária frente a novos horizontes*. São Leopoldo: Unisinos.
- GEDIEL, José Antônio Peres (org.), 2007. *Estudos de direito cooperativo e cidadania*. Curitiba: UFPR (Pós-graduação em Direito).
- GELPI, Ettore (org.), 2003. *Trabajo y mundialización*. Xátiva: Crec.
- GERMER, Claus, 2007. A Economia solidária: uma crítica marxista. In: GEDIEL, José Antônio Peres (org.). 2007. *Estudos de direito cooperativo e cidadania*. Curitiba: UFPR (Pós-graduação em Direito).
- GRUPO DE TRABALHO de Economia Solidária, 2003. Economia solidária, fundamento de uma globalização humanizadora. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa; CEVASCO, Maria Elisa (orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra.
- GUERRA, Pablo A., 2002. *Socioeconomia de la solidaridad: una teoría para dar cuenta de las experiencias sociales y económicas alternativas*. Montevideo: Nordan-Comunidad.
- GUIGUE, Bruno, 2001. *L'économie solidaire: alternative ou palliatif?* Paris: L'Harmattan.
- HABERMAS, Jürgen, 1984. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HOLLOWAY, John, 2003. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Viramundo.
- JARA, Oscar, 1994. *Para sistematizar experiencia: una propuesta teórico-práctica*. Lima: Tarea.
- JARA, Oscar, 2007. A contribuição milionária de todos os erros. Entrevista concedida à Revista *A rede*, mar., p. 36-39.
- JOVER, Daniel, 2006. *Praxis de la esperanza: educación, empleo y economía social*. Barcelona: Icaria.
- KONDER, Leandro, 2006. Esquerda e direita no Brasil, hoje. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14/abr., "Tendências e Debates", p. 3.
- KRUPPA, Sonia M. Portella (org.), 2005. *Economia solidária e educação de jovens e de adultos*. Brasília: Inep/MEC.
- LAVILLE, Jean-Louis, 1999. *Une troisième voie pour le travail*. Paris: Desclée de Brouwer.
- LAVILLE, Jean-Louis; MARECHAL Jean-Paul; EME, Bernard, 2001. *Économie solidaire : Ilusion ou voie de future ?* Publicado em 10/out. Disponível em <<http://france.attac.org>>, acessado em 17/12/2008.
- LEROY, Jean-Pierre et al., 2002. *Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia – o que isso tem a ver com você?* Petrópolis: Vozes.
- LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (orgs.), 2005. *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: UFRGS.
- LIMA, Antonio Almerico Biondi et al., 2005. *Diálogo social e qualificação profissional: experiências e propostas*. Brasília: MTE.

- LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa; CEVASCO, Maria Elisa (orgs.), 2003. *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra
- MAGALHÃES, Sandra; MELO NETO, João Joaquim de, 2006. *Bancos comunitários de desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade*. Fortaleza: Instituto Banco Palmas.
- MAHESHVARANANDA, Dada, 2003. *Após o capitalismo: uma visão de Prout para um novo mundo*. Belo Horizonte: Proutista Universal.
- MANCE, Euclides, 1999. *A revolução das redes*. Petrópolis: Vozes.
- MANCE, Euclides, 2003. Redes de economia solidária. In: *Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães – Economia Solidária*. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães.
- MANFREDI, Sílvia Maria, 2002. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- MARTINIC, Sergio, 1998. *El objeto de la sistematización y sus relaciones con la evaluación y la investigación*. Santiago: Cide.
- MARTINIC, Sergio; WALKER, Horacio, 1987. *La reflexión metodológica en el proceso de sistematización de experiencias de educación popular*. Santiago: Cide.
- MASSARI, Roberto, 1977. *Teorías de la autogestión*. Madrid: Zero.
- MATTELART, Armand, 2002. *História da utopia planetária*. Porto Alegre: Sulina.
- MELLO, Claiton; STREIT, Jorge; ROVAI, Renato (orgs.), 2006. *Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A., 1998. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: Shwarcz, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, v. 4.
- MELLO, Sylvia Leser de (org.), 2005. *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: Nesol/USP.
- MMA/IDEC, 2001. *Consumo sustentável: manual de educação*. Brasília: MMA/Idec.
- MOTHÉ, Daniel, 2005. Balanço crítico do conceito de autogestão na França. In: MELLO, Sylvia Leser de (org.). *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: Nesol/USP.
- MOTTA, Eugênia, 2007. Economia solidária e agricultura familiar, uma integração necessária. In: Revista *Democracia viva*. Rio de Janeiro: Ibase, n. 25, jun., p. 80-84.
- MOUNIER, Emmanuel, 1967. *Manifesto ao serviço do personalismo*. Lisboa: Morais.
- NASCIMENTO, Cláudio, 1986. *As lutas operárias autônomas e autogestionárias*. Rio de Janeiro: Cedac.
- NASCIMENTO, Cláudio, 2005. Educação como elemento estruturante da economia solidária. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). *Economia solidária e educação de jovens e de adultos*. Brasília: Inep/MEC.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio, 2004. *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles, 2005. Cultura solidária, um aprendizado sem fim. In: MELLO, Sylvia Leser de (org.). *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: Nesol/USP.
- OLIVEIRA, Roberto Vêras de, 2005. *A qualificação profissional como política pública*. Brasília: MTE.
- PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2000. *Construindo a socioeconomia solidária: do espaço local ao global*. Rio de Janeiro: PACS, Série “Semeando socioeconomia”, n. 1.

- PALMA, Diego, 1992. *La sistematización como estrategia de conocimiento en la educación popular: el estado de la cuestión en América Latina*. Santiago: CEAAL.
- PEREZ ADÁN, Jose. 1997. *Socioeconomía*. Madrid: Trotta.
- PETRAS, James, 2004. *ONGs y movimientos sociopolíticos: el postmarxismo rampante: una crítica a los intelectuales y a las ONGs – Centralidad del estado en el mundo actual*. Disponível em <http://www.rebellion.org/petras/petras_ong4.htm>.
- PICANÇO, Iracy, 2004. *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. São Paulo: Santuário.
- PINTO, João Roberto Lopes, 2006. *Economia solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre: UFRGS.
- PLANELLS, Antoni Vergeri, 2004. *Sistematización de experiencias em América Latina: una propuesta para el análisis y la recreación de la acción colectiva desde los movimientos sociales*. Barcelona: Universidad Autonoma.
- RAZETO MIGLIANO, Luis, 1987. *Economía de solidaridad y mercado democrático*. Primeiro livro: “La economía de donaciones y el sector solidario”. Segundo livro: “Crítica de la economía, mercado democrático y crecimiento”. Terceiro livro: “Fundamentos de una teoría económica campesina. Programa de economía de trabajo”. Santiago: Academia de Humanismo Cristiano.
- RAZETO MIGLIANO, Luis, 2001. *Desarrollo, transformación y perfeccionamiento de la economía en el tiempo* (Libro cuarto de “Economía de solidaridad y mercado democrático”). Santiago: Universidad Bolivariana.
- RAZETO MIGLIANO, Luis, 1993. *Economia de solidaridad e organização popular*. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez.
- RAZETO MIGLIANO, Luis, 1998. “El factor C y la economía de la solidaridad”. In: *Cuadernos de la Educación*. Montevideo: Cofac, n. 1.
- RAZETO MIGLIANO, Luis, 2002. *Las empresas alternativas*. Montevideo: Nordan/Comunidad.
- SACHS, Ignacy, 1986. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.), 2002. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SANTOS, Boaventura de Souza, 2002a. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SANTOS, Boaventura Souza, 1997. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 48, p. 11-32.
- SANTOS, Milton, 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.
- SCHERER-WARREN, Ilse, 1993. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.
- SCHERER-WARREN, Ilse, 2002. *Redes e sociedade civil global*. In: HADDAD, Sérgio (org.). *ONGs e Universidade: Desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo.
- SEN, Amartya, 2000. *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras.
- SENAES/MTE, 2003. *Caderno de apresentação da Secretaria Nacional de Economia Solidária*. Brasília: Senaes/MTE.
- SENAES/MTE, 2005. *Atlas da economia solidária no Brasil*. Brasília: Senaes/MTE.
- SENAES/MTE, 2005a. *Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento*. Brasília: Senaes/Centro Josué de Castro.

- SENAES/MTE, 2006. *I Oficina Nacional de formação educação em economia solidária (documento final)*. Brasília: Senaes/MTE.
- SENAES/MTE, 2006a. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Publicação organizada por Genauto Carvalho de França, Jean-Louis Laville, Alzira Medeiros e Jean-Philippe Magnen. Brasília: Senaes/MTE.
- SINGER, Paul; MACHADO, João, 2000. *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SINGER, Paul, 1999. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes.
- SINGER, Paul, 2002. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SINGER, Paul, 2005. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). *Economia solidária e educação de jovens e de adultos*. Brasília: Inep/MEC, p. 15-20.
- SINGER, Paul, 2005a. Introdução. In: MELLO, Sylvia Leser de (org.). *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: Nesol/USP, p. 11-13.
- SINGER, Paul, 2006. O desafio é criar cadeias solidárias. In: MELLO, Claiton; STREIT, Jorge; ROVAI, Renato (orgs.). *Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, p. 18-25.
- SINGER, Paul, 2008. Economia solidária 1. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, abr.
- SINGER, Paul, 2008a. A crise das ONGs e das políticas sociais. In: jornal *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8/out., "Tendências e Debates", p. 3.
- SOCZEK, Daniel, 2007. *ONGs e democracia: metamorfoses de um paradigma em construção*. Curitiba: Juruá.
- SOROS, George, 1999. *A crise do capitalismo*. Rio de Janeiro: Campus.
- SOUZA, André Ricardo de; DAKUZUKU, Regina Yoneko (orgs.), 2003. *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto.
- SOUZA, André Ricardo; SINGER, Paul (orgs.), 2003. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- SOUZA, Herbert de, 1994. O empresário cidadão. In: JÓIA, Sonia (org.). *O empresário e o espelho da sociedade*. Rio de Janeiro: Arbi/Ibase.
- SOUZA, Maria Luiza, 1999. *Desenvolvimento da comunidade e participação*. São Paulo: Cortez.
- SPERANZA, Juliana Simões, 2006. Limites e possibilidades do desenvolvimento local. In: Revista *Sinais Sociais*, ano 1, n. 2, set./dez. 2006, p. 142-187.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo, 2006. *Renda básica de cidadania: a resposta dada pelo vento*. Porto Alegre: L&PM.
- TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan, 2004. Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. In: Revista *Mercado de trabalho*. Brasília: Ipea, ago., n. 24.
- TAUILE, José Ricardo e outros, 2003. *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas: uma tipologia da economia solidária e autogestão*. Brasília: Senaes/MTE.
- TIRIBA, Lia, 2001. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Unijui.
- TRIGUEIRO, André, org. 2003. *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante.

- TROUDI, Haiman El; MONEDERO, Juan Carlos, 2006. *Empresas de producción social: instrumento para el socialismo del siglo XXI*. Caracas: Centro Internacional Miranda.
- UNITRABALHO, 2005. *Integrar cooperativas*. São Paulo: Unitrabalho.
- VERARDO, Luigi, 2005. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, Sylvia Leser de (org.). *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: Nesol/USP.
- VIVERET, Patrick, 2006. *Reconsiderar a riqueza*. Brasília: UnB.
- WALLERSTEIN, Immanuel, 2003. Uma política de esquerda para o século XXI? Ou teoria e práxis novamente. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa; CEVASCO, Maria Elisa (orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra.
- XAVIER, Eudes, 2008. *Economia solidária no Brasil: uma outra economia acontece*. Brasília: Câmara dos Deputados.
- YUNUS, Muhammad, 2000. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática.



A economia solidária não trata apenas de produtos e serviços. Ela é, antes de mais nada, a adoção de um conceito, o conceito de bem viver. Por isso, ela precisa tanto da educação quanto a educação precisa dela.

O princípio da cooperação representa uma grande oportunidade de renovação de nossos currículos educacionais. A cooperação é um dos maiores avanços da humanidade. Sem ela, não há humanização.

A economia solidária oferece trabalho decente, não alienado, com igualdade e sem discriminação, baseado na planificação participativa e na autogestão. Ela não é uma compensação passageira à crise capitalista. Ela é o embrião de uma nova sociedade e uma alternativa real ao capitalismo que, por natureza, é incapaz de atender a todos e a todas com justiça. A economia solidária resgata, hoje, na América Latina, o caráter contestatório, participativo, alternativo e alterativo dos primórdios do grande movimento da educação popular.

ISBN: 978-85-61910-26-6



9 788561 910266

Ed,L

Editora e Livraria
Instituto
Paulo Freire